

# Sumário

Número de notícias: 31 | Número de veículos: 23

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Intenção é cumprir a meta fiscal sem contingentiar, diz Haddad ..... 4

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Por que bolsa família bloqueado? - VERÔNICA ANDRADE ..... 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Risco de reviravolta no STF com antiga ação ..... 6

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Juros finais têm queda e spread bancário alta ..... 8

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: revisão da vida toda pode sofrer reviravolta no STF com ação de 1999 ..... 10

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA E MUNDO  
SEGURIDADE SOCIAL

Situações em que o INSS não pode cortar o benefício - COLUNA FALANDO DO  
APOSENTADOS ..... 11

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
SERVIDOR PÚBLICO

Inscrição no unificado até sexta ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Frentes parlamentares cobram a devolução de MP da reoneração ..... 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares cobram devolução da MP da reoneração ..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reoneração será tratada em projeto, diz ministro ..... 16

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ANFIP

Governo regulamenta isenção do IR até 2 salários mínimos ..... 17

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: 10 pontos essenciais a serem regulamentados (Artigo) ..... 19

DIÁRIO DO NORDESTE - FORTALEZA - CE - PONTO PODER  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Pautas principais ..... 21

PORTAL R7 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Imposto seletivo da reforma tributária ajudará no combate ao tabaco, diz embaixador brasileiro  
..... 23

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados resistem ao fim do regime ..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Corte na taxa de juros segue em 0,5 ponto ..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Em ata, Copom diz que é preciso manter "política contracionista" ..... 28

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Economia americana começa a se levantar ..... 29

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

"Brasil vai ajudar Argentina", diz ministro de Milei ..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Campos Neto: PIB do início do ano deve ser maior que o previsto ..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Commodities mais baratas levaram 1GP-DI a recuar 0,27% em janeiro ..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Demissão voluntária bate recorde com emprego aquecido ..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Ata mostra Copom mais preocupado com inflação e emprego ..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Comitê discute riscos do cenário de queda de preços ..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Desaceleração do crédito pode estar perto do fim ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

"Juro alto barra fluxo para ativos de risco" ..... 40

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

O mercado de capitais e comportamento do investidor - PALAVRA DO GESTOR ..... 42

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

'Há progressos na desinflação' ..... 44

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação na Capital avança 2,12% em janeiro ..... 45

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA  
ECONOMIA

BC mantém intenção de seguir com cortes na taxa de juros ..... 46

---

Quarta-Feira, 7 de Fevereiro de 2024

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ECONOMIA

Inflação preocupa, mas não barra corte de juros..... 47

# Intenção é cumprir a meta fiscal sem contingenciar, diz Haddad

**Guilherme Pimenta De Brasília**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a intenção é cumprir a meta de déficit zero em 2024 sem contingenciar recursos do Orçamento da União. De outro lado, disse que a meta agora é do país e falou que o resultado também depende do Congresso Nacional.

"Estamos trabalhando 24h por dia em medidas para fechar ralos [na arrecadação]", afirmou. "O marco fiscal garante que possa haver um contingenciamento, além de margem de 0,25% do **PIB**, mas não queremos usar nada disso", afirmou ao participar de um evento do BTG.

Ele também repetiu a interpretação que a Fazenda dá ao limite de contingenciamento de recursos do Orçamento, que também se restringiria a cerca 0,25% do **PIB**. Isso somado à banda do novo arcabouço fiscal, disse, confere uma margem de 0,5% ao governo em relação à meta fiscal.

O governo foi ao Tribunal de Contas da União (TCU) na última semana para obter aval à interpretação que limita o contingenciamento de R\$ 25,9 bilhões neste ano, uma das condições do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para manter a meta de zerar o déficit primário. Hoje a tendência é que o TCU interprete que não há limites.

Haddad disse que a arrecadação de janeiro surpreendeu positivamente - os dados serão divulgados no fim do mês. Membros da equipe econômica alegam que a arrecadação com fundos offshore e exclusivos está mais alta do que o previsto, o que pode resultar em um contingenciamento zero em março. "O que era meta do governo agora é meta do país, está em lei, foi chancelada pelo Congresso", disse.

Segundo ele, a limitação das compensações tributárias, proposta pelo governo ao Congresso Nacional no fim do ano por meio de uma medida provisória, pode render aos cofres públicos em torno de R\$ 25 bilhões a R\$ 30 bilhões.

A reoneração do diesel representa R\$ 20 bilhões de arrecadação.

O ministro disse que o esforço é para os três poderes continuarem se entendendo. Haddad também citou a perda de arrecadação com o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que custou R\$ 17 bilhões em 2023. Segundo ele, houve aviso ao Congresso que o programa custaria mais de R\$ 20 bilhões, mas parlamentares estavam convencidos de que a renúncia seria de R\$ 4 bilhões.

"[O Perse] já era para ter acabado, foi um programa emergencial que zerou o tributo. Avisamos ao Congresso que custaria mais de R\$ 20 bilhões, e o Congresso estava convencido de que custaria R\$ 4 bilhões", disse Haddad. "Custou R\$ 17 bilhões segundo um informe do contribuinte, mas, se considerar o contribuinte que não informou à **Receita Federal**, passa de R\$20 bilhões."

De acordo com Haddad, "está esgotado o valor que tinha sido combinado com o Congresso" ao somar a anuidade do imposto de renda e a noventena das contribuições. "Vamos ver na volta agora dos trabalhos se os acordos são recuperados para a gente voltar à mesa de negociações", disse.

No fim de janeiro Haddad havia dito que um acordo com o Congresso Nacional previa R\$ 20 bilhões ao Perse independentemente do tempo de duração do programa. Lira (PP-AL) rebateu imediatamente em entrevista ao Poder 360 e disse que o acordo era de R\$ 25 bilhões e havia sido feito com o Congresso Nacional, não com ele. Na segunda-feira, 5, Lira cobrou respeito a "acordos firmados" e defendeu emendas parlamentares.

Arrecadação com fundos offshore e exclusivos teria ficado acima do previsto em janeiro

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187784?page=1&section=1>

# Por que bolsa família bloqueado? - VERÔNICA ANDRADE

## VERÔNICA ANDRADE

Agora no mês de janeiro já houve a suspensão dos pagamentos do benefício para que os seus titulares procurem solucionar as pendências cadastrais do CPF das pessoas que integram o grupo familiar, para que voltem a receber os valores. O Ministério do Desenvolvimento Social- MDS publicou nota informando que aproximadamente 100 mil pessoas que recebem o benefício do programa Bolsa Família podem ter o recebimento suspenso em decorrência de irregularidades no cadastro do CPF junto à **Receita Federal**, assim é possível ao beneficiário já consultar a situação do seu CPF na base da **Receita Federal** - <https://www.gov.br/receitafederal>.

Assim, agora no mês de janeiro já houve a suspensão dos pagamentos do benefício para que os seus titulares procurem solucionar as pendências cadastrais do CPF das pessoas que integram o grupo familiar, para que voltem a receber os valores. Logo, é possível nestes casos agendar um atendimento junto à Receita pelo e-mail para a central de atendimento: [atendimentorfb.05@rfb.gov.br](mailto:atendimentorfb.05@rfb.gov.br) Caso não ocorra a solução da situação que gerou a suspensão do benefício em 06 meses, poderá haver o bloqueio do benefício.

Há outros motivos também para que ocorra o bloqueio no pagamento do benefício do bolsa família, como por exemplo o Cadastro Único- CADÚnico irregular ou desatualizado, que ocorre quando há alteração nos membros do grupo familiar cadastrado, com a ocorrência de inclusão de membros ou a necessidade de exclusão de pessoas cadastradas, hipóteses de divórcios, falecimentos, casamentos, nascimentos, pessoas que não moram mais com o titular do Cadastro Único, sendo que mudança de endereço ou de rendimentos das pessoas do grupo familiar também podem gerar o bloqueio do bolsa.

O Ministério do Desenvolvimento Social afirma que foram encontradas várias inconsistências no sistema de cadastro único, de modo que se faz necessário o comparecimento das pessoas no CRAS do bairro ou Prefeitura para regularizar o cadastro sob pena de perda do benefício.

Outros requisitos secundários igualmente são observados pelo sistema de pagamento do benefício,

dentre eles: manter o calendário de vacinação em dias, manter a frequência escolar para crianças e adolescentes, atualizar o cadastro único a cada 2 anos, comparecimento ao acanhamento pré-natal para gestantes, que são medidas simples para manter os benefícios do programa social.

Busque os seus direitos! Se informe.

\* Veronica Andrade, advogada especializada em Direito Previdenciário e da **seguridade Social** ha mais de 20 anos, com escritório na capital sergipana por igual período. Membro da comissão de direito previdenciário da OAB Seccional Sergipe, autora da cartilha dos direitos da pessoa com Câncer, participação no quadro de direito previdenciário da FM Cultura 107,.

instagram @veronicaandradeadvocacia Email: [contato@veronicaandrade.adv.br](mailto:contato@veronicaandrade.adv.br)

# Risco de reviravolta no STF com antiga ação

BRASÍLIA

O julgamento de uma ação antiga em tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF), de 1999, que contesta a implementação do fator previdenciário, pode colocar em risco a revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), pautada para o dia 28 deste mês.

Aprovada pelo Supremo em dezembro de 2022, por 6 votos a 5, a revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado pede a correção do benefício para incluir no cálculo da renda previdenciária salários antigos, de antes de julho de 1994.

A tese é contestada pela Advocacia-Geral da União (AGU), que pede a anulação da decisão e a devolução do caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O julgamento foi remarcado para 28 de fevereiro, com a inclusão na pauta da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.111, que pede a derrubada do fator previdenciário, aprovado pela lei 9876, de 1999, contesta a regra de transição na reforma previdenciária do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e pode derrubar a revisão da vida toda.

O fator previdenciário foi criado para limitar os pedidos de aposentadoria, mas, na prática, diminuiu o valor do benefício.

O índice leva em consideração a idade do segurado ao se aposentar, o tempo de contribuição ao **INSS**, a expectativa de vida dos brasileiros calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a sobrevida do cidadão.

A fórmula vigorou nas aposentadorias por tempo de contribuição - reduzindo o benefício - até 2019, quando foi aprovada a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro (PL). Ainda é possível utilizá-la em alguns casos específicos, mas de forma limitada.

"A fórmula aprovada, além de reduzir significativamente os valores dos benefícios, dada a sua complexidade, dificulta e até impede o seu entendimento pelos trabalhadores", diz parte do processo.

A preocupação dos advogados que defendem a revisão da vida toda é com o voto do ministro Luís Roberto Barroso, atual presidente da Corte, na ação

que discute o fator previdenciário.

Para Barroso, se for declarada a inconstitucionalidade do artigo 3o da lei 9.876, que trata sobre o cálculo do benefício para quem ingressou no **INSS** antes e depois da lei de 1999, não é possível o segurado escolher entre a melhor regra, tese aprovada na revisão da vida toda.

REVISÃO DA VIDA TODA é uma das ações previdenciárias mais importantes no plenário do STF atualmente

ENTENDA

Mudança após reforma de 2019

Processo judicial

A REVISÃO da vida toda é um processo judicial no qual os aposentados do **INSS** pedem para incluir no cálculo da aposentadoria salários antigos, antes do Plano Real, pagos em outras moedas.

TEM DIREITO à correção o segurado que se aposentou nos últimos 10 anos, desde que seja com as regras anteriores à reforma da Previdência, instituída em 13 de novembro de 2019. É preciso, ainda, que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da lei 9.876, de 1999.

O MOTIVO pelo qual se discute o direito à revisão da vida toda é que a reforma da Previdência de 1999 alterou o cálculo da média salarial dos segurados do **INSS**, garantindo aos

novos contribuintes regras mais vantajosas do que para os que já estavam pagando o **INSS**.

QUEM PASSOU a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral.

A REFORMA DE 2019 mudou isso. Quem atinge as condições de se aposentar a partir do dia 13 de novembro de 2019 tem a média salarial calculada com todas as contribuições feitas a partir de julho de 1994.

Como está o placar no STF?

O STF HAVIA dado início ao julgamento dos embargos

de declaração

na ação de revisão da vida toda. no plenário virtual, em meados de 2023. Com a aposentadoria de Lewandowski, Zanin assumiu cadeira na Corte e pediu vista do processo, para analisar melhor o caso.

AO DEVOLVÊ-LO. foi contra a revisão. O caso voltou a ser julgado no plenário virtual, com votos diferentes entre Alexandre de Moraes, relator da ação, Rosa Weber, que se aposentou e deixou sua posição nesta ação, e Zanin.

EDSON FACHIN e Cármen Lúcia seguiram o voto de Rosa. Barroso e Dias Toffoli acompanharam Zanin. Com as divergências, Moraes pediu vista levando o caso ao plenário físico.

Fonte: Folha de São Paulo



# Juros finais têm queda e spread bancário alta

Brasília - A taxa média de juros cobrados para novas contratações fechou 2023 em 28,4% ao ano. O resultado de dezembro representa queda de 1,7 ponto percentual (p.p.) no ano, após a alta de 5,6 p.p.

registrada em 2022.

A queda na taxa, no entanto, veio acompanhada de uma elevação de 0,4 p.p. do spread geral (diferença entre taxa de captação de dinheiro, pelo banco, e a cobrada dos clientes), que ficou em 19,7 p.p.

Entre os elementos que compõem a taxa de captação pelo banco está a taxa básica de juros, a Selic, que recuou, no ano, de 13,75% para 11,75%.

Atualmente, a Selic está em 11,25% ao ano.

Os resultados constam das estatísticas monetárias e de crédito de dezembro de 2023, divulgadas ontem pelo Banco Central (BC).

Pessoas físicas e jurídicas - No crédito livre - quando os bancos têm autonomia para emprestar dinheiro captado no mercado e definir as taxas de juros cobrados dos clientes -, as taxas de juros cobradas de pessoas físicas ficaram em 54,2% ao ano, resultado que representa uma redução de 1,5 p.p. no ano.

De acordo com a autoridade monetária, o resultado foi obtido em contexto de aumentos no crédito pessoal não consignado (12,1 p.p.) e no cartão rotativo (28,9 p.p.), que é quando o consumidor não faz o pagamento total da fatura; e com recuos no crédito consignado total (2,1 p.p.), e nos financiamentos para aquisição de veículos (3,2 p.p.).

No crédito livre às empresas, a taxa de juros alcançou 21,1% ao ano (a.a.) - resultado que representa queda de 1,9 p.p.

no ano. A taxa média de juros situou-se em 40,8% a.a. em dezembro de 2023 (redução de 1,0 p.p. no ano).

Segundo o BC, o crédito livre às famílias atingiu R\$1,9 trilhão, "refletindo crescimento de 7,9% no ano, após variação de 17,5% em 2022". O crédito não rotativo aumentou 8,7% e o crédito rotativo cresceu 5,6% no período.

"Destaca-se a expansão das modalidades crédito pessoal não consignado, crédito consignado de **servidores públicos** e de beneficiários do **INSS**,

aquisição de veículos, cartão parcelado e cartão à vista, bem como a redução no cartão rotativo", explicou o BC ao destacar que, em dezembro, os resultados apresentaram expansão de 0,3%, "com destaque para consignado dos **servidores públicos**, aquisição de veículos e compras à vista no cartão de crédito".

O BC acrescenta que, no mês de dezembro, há um efeito sazonal de redução em modalidades como cheque especial e cartão rotativo.

Crédito direcionado - Tendo como recorte o crédito direcionado - quando as regras são definidas pelo governo, com taxas de juros mais estáveis, e direcionado basicamente aos setores habitacional, rural, de infraestrutura e ao microcrédito -, o crédito voltado a pessoas jurídicas (R\$809,5 bilhões) representa elevação de 9,6% no ano, o que, segundo o BC, significa aceleração diante da variação de 6,9% obtida em 2022.

Com relação ao crédito direcionado às famílias, o volume atingido (R\$ 1,6 trilhão) representa expansão de 13,0%, "desacelerando após crescimento de 18,0% no ano anterior". No mês, o crédito direcionado a empresas variou 0,5% e para famílias 1,1%, detalha o BC.

Setor não financeiro e sistema financeiro - Para o setor não financeiro, o saldo do crédito ampliado de 2023 ficou situado em R\$15,6 trilhões - expansão de 4,3% em relação a 2022.

No caso das empresas, o crédito ampliado ficou em R\$5,6 trilhões (expansão de 5,7% no ano). Já o crédito ampliado voltado às famílias ficou em R\$ 3,8 trilhões em 2023 (expansão de 10,3%).

Com relação às operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o volume alcançado em 2023 chegou a R\$ 5,8 trilhões: um aumento de 7,9% no ano, o que representa desaceleração diante da variação de 14,5% obtida em 2022.

Em 2023, o crédito livre alcançou R\$ 3,4 trilhões - expansão de 5,2% no ano e desaceleração em relação a 2022, quando variou 14,9%. "O crédito direcionado atingiu R\$ 2,4 trilhões ao final de 2023, com incremento de 11,8% no ano, também apresentando desaceleração em relação aos 14,0% observados no ano anterior." O estoque do crédito livre para pessoas jurídicas somou R\$ 1,5 trilhão em 2023, expansão de



1,9% no ano, desacelerando ante a variação de 11,9% em 2022. (ABr)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-02-2024/>

# INSS: revisão da vida toda pode sofrer reviravolta no STF com ação de 1999

UOL

O julgamento de uma ação antiga em tramitação no STF (Supremo Tribunal Federal) há mais de 20 anos, que contesta a implementação do fator previdenciário, pode colocar em risco a revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), pautada para o dia 28 deste mês.

Aprovada pelo Supremo em dezembro de 2022, por 6 votos a 5, a revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado pede a correção do benefício para incluir no cálculo da renda previdenciária salários antigos, de antes de julho de 1994.

A tese é contestada pela AGU (Advocacia-Geral da União), que pede a anulação da decisão e a devolução do caso ao STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O processo estava na pauta do Supremo de 1º de fevereiro, quando teve início o novo ano do Judiciário, mas não chegou a ser julgado. A previsão inicial era de que ele iria ao plenário nesta quarta-feira (7), o que não ocorrerá.

Os ministros analisam os embargos de declaração, que é um pedido para esclarecer pontos da decisão.

O julgamento foi remarcado para 28 de fevereiro, com a inclusão na pauta da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.111, que pede a derrubada do fator previdenciário, aprovado pela lei 9.876, de 1999, contesta a regra de transição na reforma previdenciária do governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e pode derrubar a revisão da vida toda.

O fator previdenciário foi criado para limitar os pedidos de aposentadoria, mas, na prática, diminuiu o valor do benefício.

O índice leva em consideração a idade do segurado ao se aposentar, o tempo de contribuição ao **INSS**, a expectativa de vida dos brasileiros calculada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a sobrevida do cidadão.

A fórmula, classificada de "esdrúxula" pela CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos) na ação que a contesta, vigorou nas

aposentadorias por tempo de contribuição -reduzindo o benefício- até 2019, quando foi aprovada a reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro (PL).

Ainda é possível utilizá-la em alguns casos específicos, mas de forma limitada.

"A fórmula aprovada, além de reduzir significativamente os valores dos benefícios, dada a sua complexidade, dificulta e até impede o seu entendimento pelos trabalhadores", diz parte do processo.

A preocupação dos advogados que defendem a revisão da vida toda é com o voto do ministro Luís Roberto Barroso, atual presidente da corte, na ação que discute o fator previdenciário.

Para Barroso, se for declarada a inconstitucionalidade do artigo 3º da lei 9.876, que trata sobre o cálculo do benefício para quem ingressou no **INSS** antes e depois da lei de 1999, não é possível o segurado escolher entre a melhor regra, tese aprovada na revisão da vida toda.

"O processo 1.012 [revisão da vida toda] está atrelado ao 2.111 e há uma preocupação importante ao que vai acontecer no STF nessa tese", diz a advogada Adriane Bramante, do conselho consultivo do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário).

"Para o segurado, o que se discute é muito complexo", afirma a especialista. "Se o STF não der a revisão, o segurado não vai entender a questão técnica."

# Situações em que o INSS não pode cortar o benefício - COLUNA FALANDO DO APOSENTADOS

**JOAO ADOLFO DE SOUZA**

Você já deve ter se deparado com casos de pessoas que pararam de receber o seu benefício após o **INSS** alegar alguma irregularidade. O mais comum é os beneficiários sofrerem a suspensão após alguma operação de pente-fino, que tem o objetivo de analisar se não há fraudes nos recebimentos, cortando daquelas pessoas que não cumprem os requisitos. Essa operação é muito legítima e importante, pois o valor economizado pode ser usado para incluir na lista de beneficiários aqueles que estão na fila de espera e que realmente estão aptos a receber. Contudo, também existem situações de corte que não passam de senso comum. Confira as situações em que o **INSS** não pode cortar o benefício.

A primeira situação em que o **INSS** não pode cortar o benefício é quando o beneficiário recebe aposentadoria por invalidez com idade de 60 anos ou mais ou, ainda, quando recebe aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença com idade de 55 anos ou mais e 15 anos de contribuição. Nesses casos, o beneficiário não precisa mais passar por perícia revisional, feita pelo **INSS** de tempos em tempos, como os demais beneficiários.

O segundo caso é se o beneficiário de pensão por morte se casar novamente. Apesar de muitas pessoas acharem que isso faz perder o benefício, não existe especificação na Lei de Benefícios que permita a suspensão do pagamento por esse motivo e a Reforma da Previdência não trouxe mudanças em relação a isso.

Ainda sobre os pensionistas: eles não podem perder o benefício por começarem a receber aposentadoria. A lei permite que a pessoa acumule a pensão por morte e a aposentadoria. Além disso, o pensionista poderá continuar trabalhando sem o risco de perder o benefício. Mas essa regra não se aplica se ele for pensionista dependente inválido.

Os aposentados também podem voltar a trabalhar sem ter o benefício cortado. Contudo, o **INSS** também restringe a volta ao trabalho de quem está aposentado por invalidez. Além disso, quem se aposentou por

atividade especial (insalubre ou periculosa) não pode voltar ao trabalho em situações que coloquem em risco a saúde ou integridade física.

Para saber mais informações sobre o **INSS**, economia e finanças, você pode me acompanhar no meu canal no YouTube, João Financeira, e meu perfil no Instagram, @j\_oaofinanceiraoficial.

**Site:** <https://flip.odia.com.br>

# Inscrição no unificado até sexta

As inscrições para o Concurso Público Nacional Unificado vão terminar nesta sexta-feira, e 1,5 milhão de pessoas já se inscreveram.

As taxas custam R\$ 90 para os cargos de nível superior e R\$ 60 para o bloco de cargos de nível médio. Há 6.640 vagas para 21 órgãos da administração pública federal.

As provas serão descentralizadas e ocorrerão em 220 cidades no mesmo dia. No Rio Grande do Sul as provas serão realizadas em Porto Alegre, Bagé, Caxias do Sul, Farroupilha, Passo Fundo, Pelotas, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santo Ângelo e Uruguiana.

Há cargos com lotação em várias regiões do Brasil.

O novo concurso é um modelo de seleção de **servidores públicos** do governo federal criado pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. A realização de concursos públicos é conjunta, destinada ao preenchimento de cargos no âmbito dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional mediante aplicação simultânea de provas em todos os estados e Distrito Federal. Para se inscrever o interessado deve acessar a página "gov.br", fazer login e seguir as orientações. No momento da inscrição o candidato faz a escolha pelas carreiras.

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163181&edicao=10981>**

# Frentes parlamentares cobram a devolução de MP da reoneração

**BIANCA LIMA BRASÍLIA**

No embalo do duro discurso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na sessão de abertura do ano Legislativo, segunda-feira, 14 frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo lançaram ontem um manifesto que cobra a devolução da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamentos, ou a sua imediata apreciação, com o objetivo de rejeitá-la. Os deputados e senadores classificaram a MP como "desrespeito às decisões do Congresso Nacional".

As frentes que assinaram o manifesto representam grande parte do Congresso. Só a da Agropecuária, por exemplo, tem 324 deputados (a Câmara tem 513 no total) e 50 senadores (o Senado tem 81 cadeiras).

O documento, antecipado pelo Estadão, é endereçado a Lira e ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). No texto, os parlamentares afirmam que o projeto tramitou nas Casas durante oito meses, sendo aprovado por ampla maioria.

Destacam, ainda, que o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi, posteriormente, derrubado pela Câmara e pelo Senado.

Na ocasião, os placares foram folgados: 60 senadores votaram pela derrubada e 13 pela manutenção. Já na Câmara, foram 378 votos pela derrubada e 78 para preservar o veto.

Mesmo assim, diz o documento, "de forma autoritária e antidemocrática e em total desrespeito ao Congresso", o governo editou a MP revogando a lei recém-promulgada.

**CONSTITUIÇÃO.** Para as frentes, trata-se de ação "duplamente inconstitucional", pois não haveria os pressupostos de urgência e relevância para justificar a alteração via MP e porque violaria a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária**, que estabelece um prazo de 90 dias para o governo enviar um projeto reformulando os **impostos** sobre a renda, o que inclui a folha de pagamentos. Esse prazo, porém, só vence no fim de março.

Assinam o documento as frentes parlamentares do Empreendedorismo (FPE); do Material de Construção (FMC); do Comércio e Serviços (FCS); do Biodiesel

(FPBio); da Mineração Sustentável (FPMIn); da Agropecuária (FPA); do Livre Mercado (FPLM); da Mulher Empreendedora (FPMEmp); da Indústria de Máquinas e Equipamentos (FPMaq); em Defesa do Setor Coureiro-Calçadista; da Vitivinicultura; de Inovação e Tecnologias em Saúde para Doenças Raras; da Indústria (FPMI); e pelo Brasil Competitivo.

**IMPACTO FISCAL.** O argumento da inconstitucionalidade também foi usado pelo governo, no ano passado, para justificar o veto à prorrogação da desoneração da folha. Segundo o Palácio do Planalto, o texto cria renúncia de receita sem apresentar impacto orçamentário e sem indicar medidas compensatórias, o que vai na contramão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A alegação, porém, é criticada pelos setores beneficiados, que afirmam que se trata de prorrogação, e não criação de incentivo fiscal. O projeto vetado pelo presidente, e depois revogado pela MP, estendia o benefício até 2027 e tinha impacto fiscal estimado em R\$ 20 bilhões por ano.

Em meio ao impasse político, a equipe econômica tenta costurar um acordo de meio-termo, mas esbarra na forte insatisfação dos parlamentares, também irritados com o veto ao calendário de pagamento de emendas e com o corte de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão.

O objetivo da Fazenda é manter a MP em vigor pelo menos até o relatório bimestral de março, para evitar um contingenciamento de gastos. O secretário executivo da pasta, Dario Durigan, número 2 do ministro Fernando Haddad, já avisou que, na falta de acordo com o Congresso, o caminho será a judicialização.

**MAIS PEDIDOS.** O manifesto pede ainda a análise com urgência de um projeto de lei que autoriza o trabalho aos domingos e feriados sem necessidade de acordo ou convenção coletiva.

E também exige a participação do Legislativo nos grupos de regulamentação da **reforma tributária**, que vêm sendo conduzidos pelo Ministério da Fazenda com a participação de Estados e municípios.

No primeiro caso, o objetivo é anular os efeitos de uma

portaria do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que retomou a necessidade de acordo entre patrões e empregados para os trabalhos fora da semana regular. Já em relação à **reforma tributária**, o pleito é para que membros do Legislativo e da sociedade civil também participem do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo com duração prevista de 60 dias.

Vaivém

Queda de braço envolve a medida provisória

O que é

Adotada por meio da Medida Provisória n.º 540, convertida na Lei n.º 12.546, de 2011, no governo de Dilma Rousseff, a desoneração da folha de pagamentos é um benefício fiscal que substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Na prática, a medida reduz a carga tributária da contribuição previdenciária devida pelas empresas

Para que serve

A desoneração da folha de pagamentos é um mecanismo de redução de encargos trabalhistas do empresariado. O objetivo da medida é estimular o crescimento econômico do País, buscando oferecer maior competitividade e contratações

Queda de braço

O Congresso aprovou em outubro um projeto que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores e reduz a alíquota de contribuição previdenciária de pequenos municípios. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou o projeto em novembro, mas o Congresso derrubou o veto integral em 14 de dezembro, com placares folgados

Reoneração

Em 28 de dezembro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou uma nova medida provisória, que revogava o texto aprovado pelo Congresso e previa a reoneração escalonada da folha de salários. As regras passaram a valer em 1.º de janeiro, pois a desoneração perderia a validade em 31 de dezembro e o benefício, como aprovado pelo Congresso, deixaria de existir com a nova MP

Contrariedade

O movimento desagradou ao Congresso. Líderes passaram a pedir a devolução da MP ao governo sem discuti-la

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Parlamentares cobram devolução da MP da reoneração

Um manifesto divulgado ontem por 14 frentes parlamentares ligadas ao setor produtivo pede a devolução ao governo da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento de 17 setores da economia intensivos em mão de obra. O documento é dirigido aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A devolução de uma MP significa, na prática, que a medida perde a validade. O manifesto classifica a MP como "autoritária e antidemocrática" e fala em desrespeito às decisões do Congresso.

Entre outros pontos, a MP reverte a prorrogação, até 2027, da desoneração dos setores mais intensivos em mão de obra do país. A medida havia sido promulgada pelo Congresso com amplo apoio, após a rejeição de veto do presidente Lula à proposta. A MP tem validade imediata, mas precisa ser analisada pelo Congresso.

## INCONSTITUCIONALIDADE

O manifesto destaca que a prorrogação da desoneração foi aprovada após pouco mais de 8 meses de tramitação, inclusive em regime de urgência, com "inúmeras" discussões entre parlamentares, sociedade civil e negociações com o governo. O documento lembra que, mesmo após as negociações dentro do Congresso e apoio da base, o projeto foi integralmente vetado pelo governo quando remetido à sanção. O veto foi derrubado e a lei foi promulgada em 27 de dezembro de 2023.

"No dia seguinte, de forma autoritária e em total desrespeito ao Congresso Nacional, aos pagadores de **impostos**, aos meses de trabalho realizados, aos empregados que possuem sua folha desonerada e, por fim, à Constituição; o governo federal publicou a Medida Provisória nº 1202, de 28/12/2023, que revogou a Lei recém-promulgada e propôs a reoneração da folha de pagamentos; além de reduzir os benefícios de Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e limitar a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial", afirma o documento.

As frentes parlamentares dizem que a MP é inconstitucional por dois motivos. Primeiro por "estarem ausentes os pressupostos de relevância e urgência, vez que versa sobre matérias recém-deliberadas por ambas as casas do Congresso

Nacional." E, segundo, por emenda da **Reforma Tributária**, aprovada em 2023, que determina ao Executivo encaminhar ao Congresso um projeto de lei para reformar a tributação da folha e salários.

A desoneração permite substituir a contribuição previdenciária -de 20% sobre os salários - por uma alíquota sobre a receita bruta do empreendimento, que varia de 1% a 4,5%, de acordo com o setor e o serviço prestado.

O manifesto também trata da portaria do Ministério do Trabalho que dificultou o trabalho no comércio durante os feriados, condicionando seu funcionamento à celebração de convenção coletiva de trabalho com o sindicato dos trabalhadores da categoria. O texto defende a aprovação de projeto de decreto legislativo para sustar a portaria.

O manifesto trata da regulamentação da **Reforma Tributária**. O pleito é para que membros do Legislativo e sociedade civil participem do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo, instituído pela Fazenda, com duração de 60 dias.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Reoneração será tratada em projeto, diz ministro

**Guilherme Pimenta, Caetano Tonet, Mariana Assis e Julia Lindner**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, confirmou nessa terça-feira que o governo deve enviar, por meio de um projeto de lei com urgência constitucional, a reoneração dos 17 setores intensivos em mão de obra, bem como a folha de pagamento dos municípios. A palavra final, disse, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e a definição deve ocorrer até o fim desta semana.

A reoneração dos setores consta de uma medida provisória (MP) editada pelo governo em dezembro. O texto vai de encontro a um projeto de lei aprovado pelo Congresso no ano passado prorrogando o programa até 2027. A proposta chegou a ser vetada por Lula, mas parlamentares derrubaram a decisão presidencial.

Pelo acordo, o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e o limite às compensações tributárias, que também constam da MP, continuariam no texto.

"O debate será enfrentado, como foi em tudo o que discutimos no ano passado", afirmou. "Existe hoje uma LDO e precisamos atender isso", disse o ministro, após se reunir com líderes do Senado.

Nessa terça-feira, frentes parlamentares apresentaram um manifesto contra a MP da reoneração. O documento pede ao presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) que devolva o texto editado pelo Executivo.

"Medidas provisórias não foram feitas para confrontar. Quem faz as leis nesse país é o Congresso Nacional, e não o Executivo", disse Joaquim Passarinho, presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE). Os 17 setores empregam cerca de 9 milhões de pessoas.

Além do pedido de devolução da MP, os congressistas defendem que a sociedade civil tenha participação na construção dos projetos de lei complementar que irão regulamentar a reforma tributária.

Como mostrou o Valor nessa terça-feira (6), Passarinho apresentou um requerimento de informação à Mesa Diretora da Câmara para tentar

forçar o governo a fornecer o cronograma e o plano de trabalho dos 19 grupos de trabalho (GTs) criados com Estados e municípios para a regulamentação da reforma tributária.

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187784?page=1&section=1>**

# Governo regulamenta isenção do IR até 2 salários mínimos

O governo federal publicou na noite de ontem, em edição extraordinária do Diário Oficial, a medida provisória (MP) que isenta do Imposto de Renda quem ganha até dois salários mínimos, ou seja, R\$ 2.824 por mês. Segundo o governo, com a medida, 15,8 milhões de pessoas não precisarão mais pagar o IR.

O teto de isenção, que estava congelado em R\$ 1.903,98 desde 2015, subiu em 2023 para R\$ 2.640 mensais e, agora, para R\$ 2.824 -o salário mínimo, este ano, passou a R\$ 1.412. Devido à progressividade da tabela, todos os contribuintes do IRPF serão beneficiados com a alteração.

A medida prevê o aumento da isenção com dois fatores. A faixa de isenção passa para R\$ 2.259,20. O contribuinte com rendimentos de até R\$ 2.824 mensais será beneficiado com a isenção porque, dessa renda, sub-trai-se o desconto simplificado, de R\$ 564,80.

O desconto de R\$ 564,80 é opcional, ou seja, quem tem direito a descontos maiores pela legislação atual (previdência, dependentes, alimentos) não será afetado.

O governo estima, com essa medida, uma redução de receitas de R\$ 3,03 bilhões este ano, de R\$ 3,53 bilhões em 2025 e de R\$ 3,77 bilhões em 2026.

A **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco) calculava que, sem a atualização da faixa de isenção, o contribuinte que recebe dois salários mínimos teria de pagar R\$ 13,80 por mês, ou R\$ 165,60 por ano, de IR. O valor corresponde à tributação de 7,5% (segunda faixa da tabela de IR) sobre R\$ 184, que é a diferença entre R\$ 2.640 (faixa isenta no ano passado) e R\$ 2.824 (soma de dois salários mínimos em 2024).

No ano passado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que a faixa de isenção aumentará gradativamente ano a ano até chegar a R\$ 5 mil no fim de seu mandato, em 2026.

Em janeiro, em entrevista ao programa "Roda Viva", o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a revisão da isenção de IR seria definida até o fim daquele mês.

**Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>**

# Reforma tributária: 10 pontos essenciais a serem regulamentados (Artigo)

**GILSON SILVA**

GILSON SILVA \* Advogado. Especialista em Direito Tributário. Membro associado e integrante da Comissão Legal (Jurídica / Compliance / Tributária) da Câmara de Comércio França-Brasil (CCFB). Escritório GS Advocacia Empresarial. Site: <https://gsadvocaciaempresarial.com.br/>

A retomada dos trabalhos no Congresso Nacional, com o fim do recesso, traz com grande destaque de pauta - a **reforma tributária**, em face da necessidade de regulamentação de pontos essenciais da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

De acordo com o art. 18 da Emenda Constitucional 132/2023, o governo federal deverá encaminhar ao Congresso Nacional em até 90 dias, após a promulgação, "projeto de lei que reforme a tributação da renda, acompanhado das correspondentes estimativas e estudos de impactos orçamentários e financeiros" e "projeto de lei que reforme a tributação da folha de salários". Já os projetos de Leis Complementares, deverão ser encaminhados em até 180 dias.

Sobre o tema, o Ministério da Fazenda editou a Portaria MF 34/2024, que "Institui o Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da reforma da tributação sobre o Consumo - PAT-RTC, composto pela Comissão de Sistematização, pelo Grupo de Análise Jurídica e por Grupos Técnicos". Na prática, o mencionado "Programa de Assessoramento Técnico", instituído pela Portaria MF 34/2024 tem como objetivo subsidiar a elaboração de anteprojetos de lei para regulamentar a reforma de **tributos** do consumo, e terá 60 dias, a partir da reunião de instalação da Comissão de Sistematização, para elaborar os anteprojetos de lei e concluir suas atividades.

De acordo com a Portaria MF 34/2024, a comissão de sistematização será composta por um grupo de análise jurídica e 19 grupos técnicos, sendo: 15 grupos voltados à regulamentação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), subdivididos em uma série de temas, entre eles: importação e regimes aduaneiros especiais; imunidades; regime específico de serviços financeiros; regime específico de operações com bens imóveis; e regime específico de combustíveis e

biocombustíveis, conforme os arts. 1º a 10 da Portaria MF 34/2024.

Ademais, é importante registrar que outros quatro grupos técnicos são destinados à regulamentação dos seguintes temas: (i) da distribuição dos recursos do IBS; (ii) do Fundo de Sustentabilidade e Diversificação do Estado do Amazonas e do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia Ocidental e do Amapá; (iii) do Comitê Gestor do IBS; e (iv) do Imposto Seletivo.

Nesse contexto, destacamos 10 pontos essenciais da **reforma tributária** (aprovada pela Emenda Constitucional nº 132/2023), que necessitam de regulamentação pelo Congresso Nacional: (1) Definição das alíquotas do IVA: Há necessidade de serem definidas as alíquotas do IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) federal, estadual e municipal, assim como do imposto seletivo.

(2) Itens da cesta básica: Também é necessário regulamentar quais itens serão isentos de **impostos** sobre consumo, nas esferas: federal, estadual e municipal. (3) Produtos e serviços com alíquotas reduzidas: Outro ponto essencial será regulamentar quais categorias de produtos e serviços serão beneficiados com alíquotas reduzidas.

(4) Regimes específicos de tributação para o setor financeiro: Em relação aos regimes específicos de tributação, o grande desafio reside em regulamentar o setor financeiro, incluindo o ramo de seguros. Quais serão as regras tributárias? É uma questão a ser esclarecida por Lei Complementar.

(5) "Imposto do pecado": Também será necessário regulamentar quais produtos terão cobrança do imposto seletivo, popularmente denominado de "imposto do pecado", cuja criação tem como objetivo desestimular produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

(6) "Cashback": Como vai funcionar o sistema de "cashback"?

quem poderá receber o benefício? Quais bens e serviços serão objeto de devolução de imposto? são questões essenciais a serem regulamentadas. Ademais, sobre o "cashback" é importante destacar

que a devolução de parte do imposto pago será destinada às famílias de baixa renda. Exemplo: fornecimento de energia elétrica.

(7) Fundos de Desenvolvimento: A criação do Fundo de Desenvolvimento Sustentável dos Estados da Amazônia e do Amapá, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e a diversificação das atividades econômicas na região, também deve regulamentada por meio de Lei Complementar.

(8) Regime fiscal da 'Pauta Verde': Lei complementar também deverá regulamentar outro tema importante, que trata do "regime fiscal favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio de baixa emissão de carbono" (denominado de regime fiscal da 'Pauta Verde'), de modo que tenham tributação menor que a de combustíveis fósseis.

(9) Imunidades: Como será a sistemática de 'imunidade' em relação ao Imposto sobre Bens e Serviços - IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS? Trata-se, portanto, de outra questão essencial a ser regulamentada por lei complementar.

(10) Importação e regimes aduaneiros especiais: Quais serão as regras de importação? e quais serão os regimes aduaneiros que serão considerados especiais? A regulamentação dessas questões será necessária, de modo a conferir previsibilidade aos regimes aduaneiros e segurança jurídica às importações. Registra-se, por fim, que após a integral regulamentação dos pontos essenciais elencados acima, as novas regras tributárias podem contribuir positivamente no sentido de proporcionar os seguintes fatores: (i) a simplificação das obrigações acessórias; (ii) a redução dos custos de conformidade (compliance) e (iii) conferir maior segurança jurídica aos investidores e às empresas.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-02-2024/>

# Pautas principais

## **Bruno Leite**

O retorno dos trabalhos do novo ano legislativo pelo Congresso Nacional, na tarde dessa segunda-feira (5), foi celebrado com uma sessão solene. Na programação de deputados e senadores, no entanto, temas de interesse geral da nação já são considerados desde o fim do ano passado, antes do recesso constitucional garantido aos políticos.

Dentre os assuntos que devem ter protagonismo nos debates travados estão as pautas econômicas, que tiveram um fôlego durante o primeiro ano do Governo Lula, matérias que versam sobre o sistema de freios e contrapesos que sustenta a República e questões relacionadas à Educação.

O Diário do Nordeste conversou com congressistas cearenses a fim de entender qual a situação das temáticas nos corredores do Legislativo nacional e quais articulações políticas estão sendo feitas para a tramitação das proposições. Pelo que apurou a reportagem, ao menos cinco frentes temáticas devem sofrer investidas, tanto pelos governistas e aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quanto por lideranças da oposição e das presidências de Arthur Lira (PP) e de Rodrigo Pacheco (PSD), respectivamente, chefes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Aprovada em dezembro do ano passado e promulgada no início de janeiro, após 40 anos de discussão, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que irá implementar uma reforma no sistema tributário brasileiro agora deverá passar por uma nova etapa de apreciação pelos parlamentares, para que haja a criação de regulamentações para as novas regras.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, ao menos 71 componentes deverão ser detalhados em lei complementar. O prazo para que o Governo Federal encaminhe os projetos de lei ao Congresso é de 180 dias, a contar da data de promulgação da Emenda Constitucional.

## Projetos

A fim de cumprir o requisito, um programa de assessoramento foi instituído pelo Ministério da Fazenda no último dia 11 de janeiro com esse intuito. A expectativa da equipe, que é dividida em grupos técnicos, é de que cerca de três projetos que versem sobre o assunto sejam remetidos para o Parlamento.

Mediante a ação dos legisladores irão ser modificados artigos do Código Tributário do Brasil, que é de 1966 e traz um regramento que vigora sobre a cobrança e a distribuição de recursos por meio dos **impostos** - os recém-criados Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) estão no raio destas propostas ainda em processo de elaboração pela equipe econômica do Planalto.

Para o deputado federal Luiz Gastão (PSD), as leis complementares "serão fundamentais para discutir o futuro". "A **Reforma Tributária** foi aprovada, está aí, mas tem as leis complementares que são tão importantes quanto", salientou o entrevistado.

"E é nessa hora que nós temos que ter o cuidado de fazer com que os ganhos obtidos não se percam nas leis complementares e que elas sigam as mesmas lógicas que foram aprovadas, e o sentimento das Casas", disse.

Eduardo Bismarck (PDT), coordenador da bancada cearense no Congresso, disse entender que a conclusão da Reforma Tributária é a principal pauta. "A gente ainda tem que regulamentar algumas questões, como a transição da reforma e outras coisas que estão pendentes", indicou.

Outra pendência de 2023 é a resolução dos vetos colocados pelo presidente Lula quanto à sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), uma das peças que compõem o planejamento orçamentário da União para esse ano.

A medida foi assinada pelo mandatário em janeiro e levantou polêmica entre os congressistas pela retirada de um dispositivo que estabelecia um cronograma para liberação de verbas de emendas parlamentares impositivas.

Os trechos vetados obrigavam a reserva dos montantes em até 30 dias depois da divulgação das propostas e a liberação do dinheiro ainda no primeiro semestre. A quantia é um dos mecanismos de fortalecimento de mandatos dos políticos nas suas bases eleitorais, mediante o repasse para prefeituras e órgãos públicos para a realização de entregas que dão visibilidade a eles.

## Economia em pauta

Na última sexta-feira (2), as consultorias de

Orçamento da Câmara e do Senado divulgaram uma nota conjunta em que foram detalhados os vetos e o impacto de tais decisões na execução das emendas incluídas por comissões das Casas. O saldo total do ato presidencial atingiu a estratégia dos parlamentares em R\$ 5,6 bi. A fatia equivale a 33,5% dos R\$ 16,6 bi propostos em emendas pelas comissões.

A justificativa usada por Lula foi de que os vetos buscaram uma recomposição do Orçamento para programas importantes para o governo. Conforme alegou o chefe do Executivo, parte dos valores que iriam originalmente para as iniciativas haviam sido redirecionados pelo Congresso via emendas.

Ao que divulgou a Câmara dos Deputados, uma sessão composta por senadores e deputados federais irá analisar os vetos do presidente. O colegiado poderá derrubá-los, restaurando as cifras apresentadas pelo Congresso. A consultoria conjunta avaliou ainda que, mesmo que não haja uma derrubada, apenas uma autorização legislativa irá permitir o direcionamento dos bilhões pleiteados para áreas de interesse da gestão. O pleito deverá ser feito por meio de um projeto de crédito adicional, enviado à Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Questionada sobre o assunto, a vice-líder do governo no Senado, Augusta Brito (PT), afirmou que, já na primeira sessão do ano legislativo, ações como medidas provisórias e as regulamentações necessárias para a **Reforma Tributária** já serão encaminhadas.

Conforme alegou a parlamentar, os integrantes da ala governista estão com "grandes expectativas". "Existem aí vários projetos que foram aprovados e que o nosso presidente Lula vetou", lembrou. Os vetos à LDO, na interpretação do deputado federal Idilvan Alencar (PDT), serão os primeiros a serem discutidos pelos congressistas. "Estão na lista de urgências", avaliou.

Também sob o aspecto dos **tributos** está a Medida Provisória que limita a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. A política era praticada desde 2012, quando foi criada pelo governo da ex-presidente Dilma Rousseff, e acabaria em 2023. Evitando a extinção, em outubro do ano passado, o Congresso optou pela prorrogação do desencargo por meio de uma emenda a um projeto de lei do Executivo.

#### Isenção

Num revés ao que ficou decidido pelo Legislativo, o Governo Lula vetou a continuidade da isenção à iniciativa privada em novembro, alegando uma inconstitucionalidade ao estipular a renúncia sem que

houvesse a indicação do impacto orçamentário e a devida fonte de compensação. Como resposta, no antepenúltimo dia de 2023, o Congresso derrubou o veto por completo, de modo que a lei foi reestabelecida com o texto cancelado por deputados e senadores.

A Medida Provisória recente foi uma saída encontrada para reverter a derrota e reduzir a perda de receita para que seja alcançada a meta de déficit zero nas contas públicas, colocando em ordem o Orçamento da União. Por força dela, foram alteradas regras da desoneração da folha impostas pela lei promulgada em dezembro.

Um dos adentros do dispositivo legal é a revisão do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, a previsão de uma alíquota menor de imposto apenas para um salário mínimo por trabalhador e a redução gradual desse incentivo até o ano de 2027.

Leia matéria completa em [www.diariodonordeste.verdesmares.com.br](http://www.diariodonordeste.verdesmares.com.br)

Para se tornar lei, a Medida Provisória que desonera a folha salarial precisa ser convertida em até 60 dias, inicialmente

Na compreensão de Luiz Gastão, a MP da desoneração será a "primeira grande discussão" do ano

**Site:** <https://diariodigital.verdesmares.com.br/assinante>



# Imposto seletivo da reforma tributária ajudará no combate ao tabaco, diz embaixador brasileiro

**Brasília**

/  
**Bruna Lima, do R7, em Brasília**

Acompanhe o R7 no WhatsApp e tenha mais uma forma de se manter informado.

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Brasília | Bruna Lima, do R7, em Brasília

O embaixador do Brasil no Panamá, Carlos Henrique de Abreu e Silva, destacou nesta terça-feira (6) a importância da criação do imposto seletivo na **reforma tributária** como instrumento para combater o **tabagismo** no país. "A nova taxação aprovada pelo Congresso Nacional cria uma oportunidade única para o controle de tabaco", disse durante pronunciamento na COP10, a conferência que reúne 183 países que aderiram à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.

O imposto seletivo será usado como desincentivo à compra de produtos e serviços prejudiciais à segurança pública e à saúde, como bebidas e cigarros, e à "sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono". A taxa substituirá, por exemplo, o IPI sobre armas e munições (exceto para a administração pública) e será obrigatória.

Apesar de já ter sido aprovado no escopo da **reforma tributária**, o imposto seletivo ainda precisa ser regulamentado por meio de lei complementar. Atualmente, o Ministério da Fazenda realiza levantamentos junto a autoridades, como a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos (Conicq), para apresentar uma sugestão de alíquota. O tema ainda passará pela análise dos parlamentares.

O embaixador também abordou no discurso a redução na produção do tabaco no país, mas reforçou a necessidade de olhar para as pessoas que vivem desse cultivo. Segundo ele, há uma redução da demanda internacional pelo produto e, nesse contexto, "o Brasil busca explorar alternativas econômicas viáveis e sustentáveis para os agricultores de tabaco".

Ao destacar ações brasileiras para combate do fumo, o diplomata mencionou a consulta pública realizada pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) sobre os cigarros eletrônicos no país. O objetivo é revisar a proibição dos dispositivos. Desde 2009, uma resolução da própria agência proíbe no país a fabricação, a comercialização, a importação e a propaganda de dispositivos eletrônicos para fumar, também conhecidos como vapes.

Abreu e Silva mencionou, ainda, uma ação civil pública elaborada pela AGU (Advocacia-Geral da União) para tentar fazer com que fabricantes de cigarros devolvam aos cofres públicos os gastos pelo sistema público de saúde com tratamentos de doenças relacionadas ao fumo.

Ao todo, 183 países reconhecem o convênio para controle do tabaco. Além das delegações de cada uma das partes, observadores com membros da sociedade civil, pesquisadores e parlamentares acompanham as discussões. A conferência é realizada no Panamá entre esta segunda-feira (5) e sábado (10).

Da conferência devem sair decisões-chave que influenciam as políticas públicas dos países que fazem parte da COP. A pauta desta edição é extensa em razão dos mais de 5 anos sem uma reunião presencial. Durante a pandemia o encontro foi realizado de forma virtual.

Na agenda, o foco está em discutir a adoção de diretrizes específicas para publicidade e propaganda da indústria tabagista pelas redes sociais; medidas inovadoras de controle do tabaco visando proteger a saúde humana; e mecanismos de apoio para ajudar as partes a cumprirem obrigações estabelecidas pelo convênio.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

**Site: <https://noticias.r7.com/brasil/impuesto-seletivo-da-reforma-tributaria-ajudara-no-combate-ao-tabaco-diz-embaixador-brasileiro-06022024>**

# Deputados resistem ao fim do regime

*(Adriana Fernandes, Fabio Serapião e Victoria Azevedo/Folhapress)*

Brasília - O deputado federal Felipe Carreras (PSB-PE) deve se reunir com o ministro da Fazenda, Fernanda Haddad, parlamentares e representantes do setor hoje para tratar do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). No mesmo dia, à tarde, ele organiza um ato em defesa do programa na Câmara, onde a resistência é maior contra o fim do regime. "Tenho a expectativa de que o governo tenha a sensibilidade de não acabar com um programa tão exitoso, que cumpre com o seu papel", diz o deputado.

Em encontro na semana passada com o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci, Haddad falou das possíveis fraudes e dos indícios de lavagem. O ministro projetou uma perda de R\$ 100 bilhões de arrecadação em cinco anos, caso o Perse seja mantido.

O benefício do programa zera todos os **tributos** federais (IRPJ, CSLL, PIS e Cofins) em um setor que o Ministério da Fazenda considera que já se reergueu da pandemia e está em "franca recuperação".

É com base nesse argumento que a equipe econômica também tenta convencer senadores e deputados a extinguir o programa. A própria zeragem dos **tributos** federais do Perse é que estimula a lavagem, de acordo com o diagnóstico da Fazenda.

Pela medida provisória (MP) do Haddad, o fim do programa só estará completamente concluído em 2025, quando a cobrança do Imposto de Renda (IR) volta a vigorar. A redução do benefício às empresas ainda em 2024 tira R\$ 6 bilhões das receitas do governo, valor que pode subir a R\$ 12 bilhões no caso de manutenção integral do incentivo, como querem os congressistas.

Por outro lado, o Ministério da Fazenda conta com uma economia de ao menos R\$ 16 bilhões com a revogação do Perse.

Judicialização - Uma das organizadoras do ato em defesa da manutenção do Perse, a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) alerta que a revogação pode gerar judicialização.

A FecomercioSP integra uma coalizão com várias

entidades do setor produtivo, como a Confederação Nacional do Comércio (CNC) e a Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), que fazem parte da mobilização no Congresso.

"É muito ruim essa medida do governo porque ela muda a regra no meio do jogo", afirma o coordenador do Conselho de Turismo da FecomercioSP, Guilherme Dietze.

Ele contesta a avaliação do governo de que o setor já se recuperou da pandemia e não precisa mais do programa emergencial. De acordo com Dietze, os dados de turismo nacional mostram que o setor ainda está quase 10% abaixo do nível pré-pandemia.

Dietze ressalta que o programa estava previsto para acabar em 2026 e que o seu fim antecipado causaria insegurança jurídica.

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-07-02-2024/>

# Corte na taxa de juros segue em 0,5 ponto

»»*Rosana Hessel*

O Banco Central manteve o discurso e não fez muitas mudanças na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada nos dias 30 e 31 de janeiro.

Na última reunião, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic em 0,50 ponto percentual, para 11,25% ao ano, conforme o esperado pelo mercado. A decisão foi unânime, mesmo com dois novos integrantes na diretoria indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi a quinta queda consecutiva dos juros no novo ciclo de flexibilização monetária iniciado em agosto. Na ata, o colegiado reforçou a sinalização do **comunicado** da semana passada de que manterá o ritmo de corte nas próximas reuniões.

De acordo com analistas ouvidos pelo Correio, a expectativa é de que, até maio ou junho, as reduções da Selic continuem em 0,50 ponto percentual, sem qualquer espaço para aceleração do ritmo. E, depois disso, segundo eles, os cortes devem passar para 0,25 ponto até os juros chegarem a 9,25% ou a 9% - mediana das projeções para a taxa básica no fim de 2024 coletadas pelo BC no boletim Focus há seis semanas consecutivas.

Uma das poucas mudanças no texto da ata foi referente ao cenário externo, que apresentou maior volatilidade em relação ao **comunicado** anterior. "O Comitê manteve a avaliação de que é apropriado adotar uma postura de cautela, principalmente em países emergentes. Além disso, o Comitê continuará acompanhando os diversos dados da economia global e seus respectivos canais de transmissão para a economia doméstica", destacou o texto divulgado ontem pelo BC.

Os membros da diretoria do BC reforçaram na ata que "avaliam que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário".

"O Comitê enfatiza que a magnitude total do ciclo de flexibilização ao longo do tempo dependerá da evolução da dinâmica inflacionária, em especial dos componentes mais sensíveis à política monetária e à atividade econômica, das expectativas de **inflação**, em particular daquelas de maior prazo, de suas projeções de **inflação**, do hiato do produto e do balanço de riscos", acrescentou o documento.

Troca de presidente "Tudo igual. Vamos viver nessa estabilidade de cenário até metade do ano. Não há, por enquanto, novidades no cenário doméstico e internacional que mudem a trajetória da política monetária neste primeiro semestre.

A dúvida toda será na ponta final da taxa e a troca da presidência do banco e de mais três diretores até o fim deste ano.

Pode ser um BC mais turbulento no segundo semestre do que no primeiro", destacou Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, lembrando que o mandato do presidente do BC, Roberto Campos Neto, termina em dezembro deste ano, juntamente com o dos diretores Carolina Barros (Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil) e Otávio Damaso (Regulação). Ele manteve a projeção para a taxa Selic no fim do ano em 9,25%.

Com relação ao cenário fiscal, a ata registra que os diretores do Banco Central reforçam a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação**.

E, conseqüentemente, "para a condução da política monetária, o Comitê reafirma a importância da firme persecução dessas metas".

"O Comitê avalia que a redução das expectativas requer uma atuação firme da autoridade monetária, bem como o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições como dos arcabouços fiscal e monetário que compõem a política econômica brasileira", acrescentou o documento.

O colegiado ainda reconheceu que houve um progresso desinflacionário relevante, em linha com o antecipado pelo Comitê, "mas ainda há um caminho longo a percorrer para a ancoragem das expectativas e o retorno da **inflação** à meta, o que exige serenidade e moderação na condução da política monetária".

Mercado de trabalho Luis Otávio Leal, economista-chefe da G5 Partners, destacou que o principal recado da ata foi a preocupação com o mercado de trabalho e o seu impacto sobre a **inflação** de serviços.

"Uma prova anedótica desta preocupação é que o termo "mercado de trabalho" foi citado nove vezes nesta ata, contra sete no documento da reunião anterior", disse. Ele reforçou que, em uma parte da

ata, o Copom informou que era importante "monitorar com bastante atenção as diferentes variáveis do mercado de trabalho".

"Assim como no **comunicado**, a ata da reunião do Copom de janeiro traz poucas novidades, o que podemos tirar de informação é que o Banco Central se mostra bastante confortável com a redução dos juros ao ritmo de 0,50 ponto. Mesmo com a preocupação adicional com o mercado de trabalho e a **inflação** subjacente, aparece mais um fator para não acelerar os cortes para 0,75 ponto do que para reduzi-lo para 0,25 ponto", resumiu Leal.

Ele prevê a Selic encerrando o ano em 9%, com o ritmo de corte de 0,50 ponto percentual se estendendo até maio.

Para o economista-chefe da Mirae Asset, Julio Hegedus, a ata revelou uma postura mais cautelosa, enfatizando a análise da conjuntura com "serenidade e moderação". "Os membros da instituição indicam que o ritmo de cortes de 0,5 ponto é "apropriado para manter a política contracionista", mantendo a comunicação de dezembro, mas com nuances. Não vejo mudança no ritmo de cortes até maio ou junho, porque não há uma situação clara sobre a questão fiscal, o que, de certa forma, condiciona o ritmo de cortes da Selic", explicou.

Hegedus lembrou que a menção ao relaxamento da disciplina fiscal, que pode elevar o juro neutro, juntamente com a dívida pública mais elevada e o aumento do crédito direcionado (BNDES) são sinais de alerta. "Sendo assim, o governo é instado a continuar na firme "persecução" da meta fiscal neste ano", acrescentou ele, que prevê a taxa Selic encerrando o ano em 9% anuais, e a **inflação** oficial, entre 3,8% e 4%.

-

"Não há, por enquanto, novidades no cenário doméstico e internacional que mudem a trajetória da política monetária neste primeiro semestre" Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

# Em ata, Copom diz que é preciso manter "política contracionista"

**EDUARDO RODRIGUES CÉLIA FROUFE BRASÍLIA /  
COLABOROU MARIANNA GUALTER**

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), publicada ontem, o Banco Central afirma que "há a necessidade" de manutenção da atual política de juros mais altos para que haja o retorno da **inflação** à meta. "O comitê percebe a necessidade de se manter uma política monetária ainda contracionista pelo horizonte relevante para que se consolide a convergência da **inflação** para a meta e a ancoragem das expectativas", diz o documento. Na reunião da semana passada, houve novo corte de 0,50 ponto percentual na Selic, que agora está em 11,25% ao ano.

Na ata, ainda, o colegiado enfatizou que a extensão do ciclo de cortes de juros ao longo do tempo dependerá da "evolução da dinâmica inflacionária".

Na avaliação do economista- chefe da AZ Quest, Alexandre Manoel, a ata da reunião reforçou o tom de cautela, além da manutenção do ritmo de cortes de 0,50 ponto percentual.

O comitê, diz, não alterou a visão global sobre a economia, mas deu ênfase para algumas incertezas no cenário doméstico e internacional.

"Ele (Copom) se mostrou mais atento a alguns pontos que não tinham chamado a atenção na ata anterior. Em especial, no cenário doméstico, aos rendimentos reais, dando ênfase aos reajustes salariais e o impacto deles sobre a **inflação** de serviços", afirma. "No cenário internacional, deu ênfase à condução da política monetária nos países desenvolvidos", disse Manoel, que projeta a Selic em 9% no fim de 2024.

**FISCAL.** De acordo com a Ata do Copom, as expectativas de **inflação** seguem desancoradas e isso é um fator de preocupação.

"O comitê avalia que a redução das expectativas requer uma atuação firme da autoridade monetária, bem como o contínuo fortalecimento da credibilidade e da reputação tanto das instituições como dos arcabouços fiscal e monetário que compõem a política econômica brasileira." Em dois parágrafos distintos do documento, o BC voltou a destacar a importância da política fiscal para o seu trabalho.

No 11.º, repetiu que, tendo em conta a importância da execução das metas fiscais já estabelecidas para a ancoragem das expectativas de **inflação** e, conseqüentemente, para a condução da política monetária, é importante "a firme persecução dessas metas".

Pouco antes, no 8.º parágrafo, havia reforçado a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, o que teria "impactos deletérios" sobre a política monetária.

**AVALIAÇÃO.** Para o economista- chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez, a ata, assim como o **comunicado** divulgado logo após a reunião da semana passada, teve uma mensagem clara: o colegiado não alterou o curso da política monetária e isso parece distante de ocorrer. "São aspectos mais sobre como o afrouxamento irá terminar do que efetivamente um "guia" para as próximas reuniões", diz.

Sanchez atualizou seu cenário para a trajetória da Selic após o **comunicado** de janeiro, de taxa de 10,5% no fim do atual ciclo de cortes para 9,5%.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>



# Economia americana começa a se levantar

Com a **inflação** em queda, o desemprego em patamar baixo e o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) sinalizando que em breve poderá começar a cortar as taxas de juros, os analistas estão cada vez mais otimistas quanto à possibilidade de a economia dos EUA evitar uma recessão.

Na semana passada, o Wells Fargo se tornou o mais recente grande banco a prever que a economia conseguirá um pouso suave, desacelerando suavemente em vez de parar bruscamente.

Os economistas do banco vinham prevendo uma recessão desde meados de 2022.

No entanto, se os analistas estavam errados quando previram uma recessão no ano passado, eles podem estar errados novamente, desta vez na direção oposta. Os riscos que os economistas destacaram em 2023 não desapareceram, e os dados recentes, embora ainda sejam em sua maioria positivos, sugerem rachaduras abaixo da superfície.

Se houver uma recessão, os economistas dizem que há três maneiras principais de isso acontecer:

1. A desaceleração retardada O principal motivo pelo qual os economistas previram uma recessão no ano passado é que eles esperavam que o Fed provocasse uma. As autoridades do Fed passaram os últimos dois anos tentando controlar a **inflação**, aumentando as taxas de juros no ritmo mais rápido em décadas. O objetivo era conter a demanda apenas o suficiente para reduzir a **inflação**, mas não tanto que as empresas começassem a demitir em larga escala. A maioria dos analistas - incluindo muitos do banco central - achava que essa calibragem cuidadosa seria muito complicada e que, quando os consumidores e as empresas começassem a se retrair, uma recessão seria praticamente inevitável.

Ainda é possível que a análise deles estivesse correta e que apenas o momento estivesse errado. Leva tempo para que os efeitos das taxas de juros mais altas cheguem à economia, e há razões para que esse processo seja ainda mais lento do que o normal desta vez.

Muitas empresas, por exemplo, refinanciaram suas dívidas durante o período de taxas de juros ultrabaixas, em 2020 e 2021; somente quando precisarem refinar novamente é que sentirão o impacto dos custos mais altos dos empréstimos.

Muitas famílias puderam se livrar das taxas mais altas porque acumularam economias ou pagaram dívidas no início da pandemia.

2. O retorno da **inflação** O principal motivo pelo qual os economistas se tornaram mais otimistas quanto à possibilidade de um pouso suave é o rápido arrefecimento da **inflação**.

De acordo com alguns indicadores, a **inflação** agora está pouco acima da meta de longo prazo do Fed, de 2%; os preços de alguns bens físicos, como móveis e carros usados, estão, na verdade, caindo.

Se a **inflação** estiver sob controle, isso dá aos técnicos mais espaço de manobra, permitindo cortar as taxas de juros se o desemprego começar a aumentar, por exemplo. As autoridades do Fed já indicaram que esperam começar a cortar as taxas este ano para manter a recuperação nos trilhos. No entanto, se a **inflação** voltar a subir, eles poderão se encontrar em uma situação difícil, incapazes de reduzir as taxas se a economia perder o ímpeto.

3. A surpresa indesejada A economia teve alguns golpes de sorte no ano passado. A fraca recuperação da China ajudou a manter os preços das commodities sob controle, o que contribuiu para a desaceleração da **inflação** nos EUA. O Congresso evitou uma paralisação do governo e resolveu um impasse sobre o teto da dívida com relativamente pouco drama. A eclosão da guerra no Oriente Médio teve apenas um efeito modesto sobre os preços globais do petróleo.

Mas não há garantia de que a sorte continuará em 2024. O avanço da guerra no Oriente Médio está interrompendo as rotas de navegação no Mar Vermelho.

O Congresso americano enfrentará outro prazo para financiamento do governo em março e novas ameaças podem surgir: uma cepa de coronavírus, um conflito no Estreito de Taiwan, uma crise do sistema financeiro. Qualquer dessas possibilidades poderia perturbar o equilíbrio que o Fed vem tentando atingir, causando um aumento na **inflação** ou um colapso na demanda - ou ambos ao mesmo tempo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>



# "Brasil vai ajudar Argentina", diz ministro de Milei

**JULIANA CAUSIN** [juliana.causin@5p.oglobo.com.br](mailto:juliana.causin@5p.oglobo.com.br) SAO PAULO

O ministro da Economia do governo Javier Milei, Luis Caputo, afirmou ontem que conta com o Brasil para ajudar a Argentina a sair da grave situação econômica que enfrenta. Em participação por videoconferência em evento do BTG Pactual, Caputo afirmou que, tirando o futebol, não vê divergências com o país: -Nós olhamos para o Brasil como um enorme parceiro da Argentina, mas poderíamos estar fazendo muito mais coisas juntos. Não foi dada a devida importância para essa parceria por conta das crises todas, mas chamo a atenção para que olhem as oportunidades. Somos vizinhos e parceiros. A gente gosta de vocês. Só não nos gostamos no futebol, na verdade, mas no resto, nós nos damos bem -disse Caputo.

Apesar de uma crise econômica que levou o país à **inflação** recorde, com 45% dos argentinos vivendo na pobreza, o ministro de Milei defendeu que a Argentina apresenta boas oportunidades de investimentos "na economia real", em setores como mineração, tecnologia e infraestrutura. Ele acrescentou, ainda, que aposta no papel do Brasil para a Argentina sair da situação atual: - Queremos fazer negócios com o Brasil, sim, e vocês vão nos ajudar a sair dessa situação -disse Caputo, ao ser perguntado sobre as perspectivas para o país em 2024.

## "RELAÇÃO ADULTA"

Apesar do tom bélico assumido durante a campanha eleitoral contra o Brasil, o governo Milei tem sido mais pragmático desde que assumiu a Casa Rosada. Em janeiro, no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Milei afirmou que pretendia "manter uma relação adulta" com o país.

Caputo disse estar otimista de que os planos de reforma ultraliberal do governo de Javier Milei -que exigem ajustes de 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - surtirão efeitos positivos no próximo ano.

Ele acrescentou que vê o ano de 2024 como um período de "estabilização", que será sucedido por um 2025 de "crescimento real".

A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é que a economia argentina tenha retração de 2,8% este

ano, após queda de 1,1% do **PIB** no ano passado. Em outubro, antes das eleições presidenciais, o FMI projetava que o país crescesse 2,8% em 2024.

Caputo citou o pacote de reformas enviado ao Congresso por Milei como principal vetor para estabilização financeira do país, que registrou em dezembro **inflação** de 211% em 12 meses, acima até do que a da Venezuela. A aprovação da Lei Ônibus, afirmou, "vai mudar definitivamente as coisas na Argentina".

- A lei, sendo aprovada, vai mudar tudo. Nós já aprovamos na Câmara e, em menos de um mês, vamos conseguir a aprovação no Senado. Como eu falei, ela vai mudar as coisas na Argentina de vez. Acreditamos fielmente no que estamos fazendo - afirmou o ministro, que foi presidente do Banco Central e ministro de Finanças no governo Mauricio Macri.

No início da noite de ontem, no entanto, o projeto sofreu uma derrota no Congresso, voltando às comissões legislativas para discussão.

## PROTESTOS REPRIMIDOS

Ao tratar do pacote, aprovado em termos gerais na Câmara argentina na última sexta-feira, Caputo agradeceu à "oposição mais racional e inteligente". O texto, desidratado, foi votado após três dias de debates, com 144 votos a favor e 109 contra, em meio a protestos reprimidos pela polícia.

O próximo passo do texto envolve a discussão ponto a ponto de seus mais de 300 artigos. Ontem, no entanto, voltou para as comissões. No Senado, onde o governo ultradireitista é minoria.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Campos Neto: PIB do início do ano deve ser maior que o previsto

**ANA FLÁVIA PILAR E ALVARO GRIBEL**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o desempenho econômico no primeiro trimestre do ano deve surpreender o mercado, impulsionado pelo setor de serviços. O resultado oficial do Produto Interno Bruto (**PIB**) só será divulgado em junho pelo IBGE.

-A perspectiva de crescimento do primeiro trimestre está parecendo que vai surpreender para cima. Essa é a nossa primeira intuição no Banco Central. A gente vê serviços puxando bastante -disse Campos Neto durante evento organizado por um banco em São Paulo.

Campos Neto disse também que as estimativas do mercado para o resultado fiscal ainda estão distantes dos objetivos do governo federal, enfatizando a importância de perseguir a meta de déficit zero: -É importante insistir na meta. O ministro (da Fazenda, Fernando Haddad) está fazendo um esforço muito grande para que isso aconteça.

O presidente do BC voltou a falar sobre o Open Finance e mencionou que vários bancos centrais no mundo estão engajados nesse processo: - Eu tinha uma brincadeira que o jeito mais rápido de transferir dinheiro do Brasil para Inglaterra era de avião, e as pessoas achavam que era brincadeira, mas não era. A gente caminhou muito de lá para cá, mas precisamos caminhar nessa internacionalização de uma moeda em termos de transferência.

## MAIS CORTES NA SELIC

O Banco Central divulgou ontem a Ata da reunião da semana passada do Comitê de Política Monetária (Copom), quando a Taxa Selic caiu de 11,75% para 11,25% ao ano. No texto, o BC manteve a indicação de que cortará a Selic em meio ponto percentual nas próximas reuniões. Com isso, os juros cairão para 10,25% já em maio.

Segundo a ata divulgada ontem, o cenário internacional está mais desafiador, com pressões inflacionárias globais. Além disso, o BC afirmou que a **inflação** de serviços no Brasil demonstra "resiliência", em razão da queda do desemprego e do aumento dos salários.

"O Comitê ressalta que, em seus cenários para a **inflação**, permanecem fatores de risco em ambas as direções. Entre os riscos de alta para o cenário inflacionário e as expectativas de **inflação**, destacam-se uma maior persistência das pressões inflacionárias globais; e uma maior resiliência na **inflação** de serviços do que a projetada."

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Commodities mais baratas levaram IGP-DI a recuar 0,27% em janeiro

**Alessandra Saraiva**

Após subir 0,64% em dezembro de 2023, o índice Geral de Preços -Disponibilidade Interna (IGP-DI) caiu 0,27% em janeiro, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV). Foi a menor taxa desde julho de 2023 (-0,40%), favorecida por commodities mais baratas no atacado, disse André Braz, economista da fundação responsável pelo indicador. Para ele, os preços das commodities podem continuar a subir menos ou até a cair, em fevereiro. Isso abre espaço para novas quedas nos índices Gerais de Preços (IGPs) do mês, segundo ele.

Ao detalhar evolução do IGP-DI no mês, Braz explicou que o índice de Preços ao Produtor Amplo - Disponibilidade Interna (IPA-DI) caiu 0,59% em janeiro, após subir 0,79% em dezembro. O sub-indicador, componente do IGP-DI, representa 60% da taxa total e mensura evolução de preços atacadistas.

No atacado, Braz destacou que ocorreram quedas relevantes de preços em commodities de peso na formação do IPA. São os casos dos recuos em soja em grão (-11,28%), cana-de-açúcar (-1,33%); trigo (-1,94%) e milho (-0,07%). "Esses itens estavam subindo de preço no mês anterior." Braz explicou que, em dezembro, as cotações de commodities de origem agrícola subiram, de maneira geral. Isso se deveu às notícias do impacto do El Niño, fenômeno meteorológico que torna clima instável e afeta lavouras "Mas o que se sabe, agora, é que talvez os efeitos do "El Niño não sejam tão perversos quanto se imaginava", afirmou ele. Com isso, aumentou a expectativa de safra melhor, o que elevou perspectiva de oferta, e derrubou preços.

O impacto do IPA-DI em queda foi tão forte que diminuiu impacto no IGP-DI da disparada dos preços do varejo. De dezembro para janeiro, o índice de Preços ao Consumidor - Disponibilidade Interna (IPC-DI), 30% do indicador total, passou de 0,29% para 0,61%. Braz lembrou que, normalmente em janeiro, a **inflação** varejista é pressionada por reajustes que sempre ocorrem nessa época do ano. E o caso das mensalidades escolares, como as altas em curso de ensino fundamental (8,51%) e em curso de ensino superior (4,92%).

"E tivemos alta de preços de alimentos in natura [no

varejo]" acrescentou. Ele lembrou que esse tipo de produto sempre sobe no começo do ano. Hortaliças e legumes ficaram 10,08% mais caros em janeiro no varejo. Com isso, a **inflação** dos alimentos junto ao consumidor saltou de 1,01% para 1,54%, no período.

Ao ser questionado se os IGPs de fevereiro poderiam continuar a cair, Braz disse ser possível. "É provável que as commodities não subam tanto de preço quanto se imaginava" explicou.

Em 12 meses, o IGP-DI acumula queda de 3,61% até janeiro.

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187784?page=1&section=1>

# Demissão voluntária bate recorde com emprego aquecido

**Marsílea Gombata**

Um dos indicadores de aquecimento do mercado de trabalho, os desligamentos feitos a pedido do trabalhador bateram recorde no ano passado. Foram 7,3 milhões de trabalhadores que deixaram empregos com carteira assinada de forma voluntária em 2023, ante 6,8 milhões no ano anterior e 5,6 milhões em 2021. A base de dados do levantamento começa em 2004.

Segundo economistas, a alta se deve a mais pessoas indo para empregos alinhados às suas expectativas, mais jovens no mercado de trabalho e à metodologia do novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O grau de instrução também aparece como variável relevante. Os mais instruídos responderam pela maior parcela dos desligamentos a pedido do trabalhador.

Levantamento feito pela LCA Consultores mostra que o Brasil teve 21,5 milhões de desligamentos em 2023, sendo 7,3 milhões a pedido do trabalhador, o que equivale a 34% do total. Em 2022 haviam sido 6,8 milhões de desligamentos a pedido (33,6%), e em 2021, 5,6 milhões (33,4%). Em 2020, ano em que teve início a pandemia, haviam sido 3,8 milhões (27%), em 2019, 3,6 milhões (24%) e 3,3 milhões (23%) em 2018.

"O indicador mostra o grau de aquecimento do mercado. Provavelmente, boa parte das pessoas está se desligando por conta própria porque consegue se admitir em outros lugares, indicando uma oferta maior de vagas", afirma Bruno Imaizumi, economista da LCA e autor do estudo.

Segundo o economista, além da nova metodologia do Caged, que captura admissões e desligamentos de forma mais abrangente, os números são explicados pelo ingresso de mais jovens no mercado.

"O sinônimo de sucesso profissional para esse grupo é ter um emprego mais alinhado às suas preferências. Se isso não ocorre, pulam de um emprego para o outro sem problemas e não necessariamente ficam o resto da vida na mesma empresa", diz.

"Um outro motivo é a crise provocada pela covid-19, que mudou as relações de trabalho entre empregador e empregado e trouxe à tona outros fatores que não

apenas salário na decisão de ir para outra empresa."

Nesse sentido, Lucas Assis, economista da Tendências Consultoria, argumenta que a pandemia alterou a dinâmica do mercado. "Muitos trabalhadores, possivelmente, estão refletindo sobre o seu percurso profissional e perspectivas, especialmente os que trabalham em empregos mal remunerados", diz.

Pessoas com maior qualificação são as que mais pedem demissão, mostra o levantamento da LCA, ao indicar que o nível de instrução pode ter peso importante na hora de se negociar um emprego.

A proporção de desligamentos a pedido ante o total de desligamentos no ano passado chegou a 32,4% dentre trabalhadores com ensino médio incompleto, 33,8% no grupo que completou o ensino médio, 41,8% no grupo com superior completo. Dentre aqueles que têm mestrado, esse percentual chegou a 42%, no grupo com doutorado, 40,9%, e no que tem pós-graduação completa, 46,9%.

O relações públicas Pedro Prata, de 40 anos, trabalhava havia mais de dois anos em uma empresa de energia elétrica. Em 2023, foi para a Fundação Ellen MacArthur, que lida com economia circular.

"A nova proposta me proporcionaria, por um lado, voltar a trabalhar com políticas públicas e, com isso, ampliar o impacto do meu trabalho em avanços sociais, econômicos e ambientais. Por outro lado, me permitiria mais autonomia, mais flexibilidade e um ambiente de maior confiança entre os colegas", afirma. Prata observa que, de maneira geral, a pandemia jogou luz sobre problemas antigos que por vezes ocorrem nos ambientes de trabalho. "Relações desrespeitosas, volumes de tarefas mais altos do que a capacidade das equipes, controles excessivos, baixa liberdade para expor opiniões. Tenho a sensação de que, ao trabalhar em casa, muitas pessoas perceberam o quanto o ambiente dos seus escritórios era mim", enumera, a partir de sua experiência.

"Acho importante estar em uma organização que combina satisfação em acordar para trabalhar com remuneração condizente com a sua entrega. Não faz sentido ter estabilidade de emprego e instabilidade emocional. Além disso, não se trata de estar mais tempo no mesmo lugar."

A engenheira Carolina Reis, de 42 anos, pensa parecido. "Não vejo a permanência prolongada em um único emprego como crucial. Valorizo mais estar em posições que ressoam com minhas aspirações e que mantenham um equilíbrio saudável entre a vida pessoal e a profissional", diz.

Reis, que trabalhou 14 anos como gerente de negócios na empresa Continental, está em processo de transição de carreira. Depois de três anos e quatro meses na Amazon, onde era gerente de expansão e de operações, vai para a empresa Cummins, onde será gerente-executiva de vendas. "A oportunidade na Cummins está mais alinhada com minhas aspirações de carreira e competências pessoais atualmente", diz. "[Mas] estou disposta a reconsiderar minha posição se o equilíbrio trabalho-vida que procuro não for atendido."

O levantamento de Imaizumi mostra que os mais jovens foram os que mais pediram para sair de um emprego formal no último ano. Dentre os jovens de 18 a 24 anos, 39,5% do total de desligamentos foram a pedido do trabalhador. Essa proporção vai para 36,5% na faixa etária entre 25 e 29 anos, e para 33,1% na de 30 a 39 anos. Na faixa entre 40 e 49 anos vai para 29,7%. E nas de 50 a 64 anos e acima de 65 anos, 24,7%.

Algumas das atividades que apresentaram proporção de desligamentos a pedido maior que a média em 2023 foram organismos internacionais, saúde humana e serviços sociais, educação, alojamento e alimentação, serviços domésticos, atividades financeiras, comércio e reparação de veículos, informação e comunicação.

As regiões onde mais houve desligamentos a pedido foram Sul (41,3%), Centro-Oeste (38%) e Sudeste (33,7%). Entre os Estados com maior proporção estão Santa Catarina (45,2%), Mato Grosso do Sul (43,8%), Mato Grosso (41,7%), Paraná (40,9%), Rondônia (38,6%). Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro ficaram abaixo da média nacional (34%). A maior fatia de desligamentos a pedido está em regiões e Estados que tiveram melhor desempenho econômico.

Professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA-USP) e coordenador do Salariômetro da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Hélio Zylberstajn ressalta que o cenário está mais favorável para quem pede demissão do que para quem começa em um novo emprego.

Uma maneira de medir isso é o indicador de pressão salarial, razão entre o salário médio de quem entra e o

salário médio de quem sai. Se, por exemplo, o salário de quem entra é de R\$ 900 em média e quem sai ganha R\$ 1.000, a pressão salarial é de 0,9. Se quem entra ganha R\$ 1.000 e quem sai também, a pressão salarial sobe para 1.

Levantamento feito pela Fipe reforça a ideia de que o grau de instrução tem relação direta com a mobilidade no mercado de trabalho. O estudo mostra que a pressão salarial para quem tem ensino superior completo foi de 0,95 em 2022 para 0,98 em 2023. Para quem completou o mestrado, passou de 1,01 para 1,02, e para quem fez doutorado, de 1 para 1,04.

"A pressão salarial de quem pediu para sair em 2023 está maior do que em 2022. Quem saiu no ano passado está conseguindo uma colocação melhor do que em 2022", afirma Zylberstajn. "Os dados mostram que existem oportunidades no mercado de trabalho, e quem pediu para sair em 2023 se deu melhor do que em 2022."

Apesar da alta recente de pedidos de desligamentos a pedido, a perspectiva, contudo, é que os números diminuam ao longo do ano.

"Para 2024, a expectativa é de desaquecimento do mercado de trabalho, em linha com a perda de ímpeto da atividade econômica", afirma Assis. A Tendências prevê alta de 1,5% do **PIB** neste ano. "A aceleração mais intensa da força de trabalho, comparativamente à da ocupação, deve ainda elevar a taxa de desocupação. No curto prazo, a participação de desligamentos a pedido deve arrefecer."

"Muitos estão refletindo sobre percurso profissional e perspectivas, especialmente os mal remunerados"  
Lucas Assis

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187784?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187784?page=1&section=1)



# Ata mostra Copom mais preocupado com inflação e emprego

*Victor Rezende, Gabriel Roca, Estevão Tair e Alex Ribeiro De São Paulo e Brasília*

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central revelou que a decisão da semana passada foi tomada após discussões "em maior profundidade" sobre o mercado de trabalho e relatou que a dinâmica da **inflação** de serviços foi um ponto que mereceu "maior escrutínio". Com esses fatores somados à avaliação do colegiado de que há uma atenuação da desaceleração da atividade, a percepção entre participantes do mercado foi a de uma maior preocupação do Copom com a conjuntura, embora sem alterações no cenário de novos cortes de 0,5 ponto na Selic.

Em diversos momentos durante a ata, o Copom indicou que o cenário econômico tem se desenvolvido em linha com as expectativas. No entanto, o colegiado viu necessidade de incluir no documento discussões mais aprofundadas, especialmente sobre o mercado de trabalho e a **inflação** de serviços.

O aumento recente verificado nos rendimentos reais em dados do mercado de trabalho e resultados piores que o esperado da **inflação** de serviços subjacentes em leituras mais recentes do IPCA acionaram um sinal de alerta entre participantes do mercado recentemente. Assim, de acordo com a ata, o Copom também observou esses itens, o que se refletiu na sensação dos participantes do mercado de um viés cuidadoso do documento.

Nas últimas semanas, os sinais de uma economia doméstica ainda bastante aquecida e a piora no comportamento dos Treasuries, com alta das taxas, provocaram um forte ajuste nos juros locais. O mercado chegou a precificar, em alguns momentos, uma Selic próxima de 9,5% no fim deste ano.

"Nós vimos o **comunicado** [da decisão] com um viés mais neutro e havia uma expectativa de que a ata também viesse sem grandes novidades. No entanto, observamos um tom mais "hawkish" [conservador]", diz o economista-chefe da Brasilprev, Robson Pereira. Ele observa que o Copom manteve o prognóstico para os próximos movimentos, ao sinalizar novas quedas de 0,5 ponto percentual na Selic, mas promoveu mudanças "bastante importantes" na avaliação do cenário para a condução da política monetária à

frente.

Pereira nota que a ata trouxe à tona uma preocupação maior do BC com alguns temas, como o mercado de trabalho e a **inflação** de serviços, e que a autoridade monetária reforçou que a incerteza é elevada. "O BC sinalizou que existiu um debate mais intenso sobre o mercado de trabalho aquecido e sobre as causas da **inflação** de serviços, além do impacto do cenário global. Isso tudo é apresentado dentro de um contexto de incertezas, mas é uma ata coerente, que mostra um BC mais preocupado." Em seu cenário básico, a Brasilprev projeta a Selic em 9% no fim deste ano e em 8% em 2025. "Neste momento, não enxergamos uma assimetria, mas antes da ata de hoje [ontem], nós víamos alguma assimetria para [uma Selic] um pouco abaixo de 9%", afirma.

Em relação à **inflação**, a expectativa da casa é que o IPCA feche o ano em 4%, mas o economista ressalta que o viés é baixista, o que, eventualmente, pode gerar algo também para os juros. "Claro, os bancos centrais tomam as decisões olhando mais à frente e, para 2025, acreditamos que a **inflação** ficará muito próxima da meta. A ata cita a projeção do BC em torno de 3,2%. É um número factível. Trabalhamos com algo perto de 3%, mas é um processo gradual e os riscos são muito grandes", enfatiza Pereira.

Ao participar de evento do BTG Pactual ontem, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, adotou um tom semelhante ao da ata em alguns momentos. Ele disse, por exemplo, que é "muito difícil enxergar uma queda da **inflação** mais duradoura sem que **inflação** de serviços caia".

Campos também deu destaque à queda relevante da **inflação** "implícita", precificada pelo mercado via NTN-Bs, o que foi visto pelo mercado com um sinal mais "dovish" (suave) e permitiu uma queda dos juros futuros ontem. A taxa do DI para janeiro de 2026 caiu de 9,71% para 9,67%.

Para o economista-chefe da Daycoval Asset, Rafael Cardoso, não é possível dizer que a ata trouxe componentes mais duros que o esperado. "Acreditamos que o BC está mais explicando as razões pelas quais eles vêm sendo guiados do que adicionando novos elementos "hawkish" [duros] na comunicação. As explicações vão em linha com aquilo

que vínhamos acompanhando recentemente e, internamente, também estamos discutindo se ainda há uma melhora inflacionária no horizonte próximo", afirma o economista.

Cardoso, inclusive, nota que o próprio cenário de **inflação** do Copom não se alterou. "Achamos a ata bem neutra", diz. Para ele, há pouco espaço para uma continuidade da melhora da **inflação** de serviços ou dos preços de bens.

No cenário base da Daycoval Asset, o BC deve seguir com o ritmo atual de cortes de 0,5 ponto e levar o juro básico a 9% no fim do ano. "Temos também uma Selic de 8,5% em 2025, mas vemos riscos de que, a depender de fatores como o cenário externo e uma desaceleração da atividade econômica, esse nível seja alcançado ainda este ano. Nosso "call" de Selic a 9% em 2024 tem viés de baixa", conclui.

"O BC está explicando as razões que têm guiado os debates, e não adicionando novos elementos hawkish"  
Rafael Cardoso

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187784>



# Comitê discute riscos do cenário de queda de preços

**Análise Alex Ribeiro De São Paulo**

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central manteve na semana passada o seu cenário básico de convergência da **inflação** para a meta. Mas a ata daquela reunião, divulgada ontem, revela que os seus membros discutiram vários pontos de atenção que poderiam fazê-la divergir do roteiro - incluindo atividade econômica, **inflação** de serviços e reajustes salariais.

Sobre a atividade econômica, a ata diz que os dados divulgados desde a última reunião corroboram o cenário de desaceleração delineado pelo Copom, mas não seguiram exatamente o gabarito.

"Na discussão, apresentaram-se elementos que permitiriam observar, nos próximos meses, uma atenuação da desaceleração da atividade antecipada em função do aumento da renda das famílias, como reflexo da elevação do salário-mínimo, de benefícios sociais e do mercado de trabalho mais resiliente", informa a ata.

Em evento ontem de manhã do banco BTG Pactual, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, foi direto ao ponto: disse que "parece" que o crescimento da economia vai surpreender de novo no primeiro trimestre. Os serviços são um destaque.

Uma mudança - esta do lado mais tranquilizador - é que desapareceu a discussão, levantada por alguns membros em dezembro, de que o consumo estava se expandindo enquanto que os investimentos estavam caindo, o que poderia provocar desequilíbrios entre oferta e demanda.

Outro ponto discutido na reunião do Copom, segundo a ata, foi a dinâmica dos reajustes de salário. Já na reunião anterior, o Copom destacou "uma ampliação dos ganhos reais de rendimento", mas manteve a avaliação de que era algo temporário. Agora, o debate no Copom deu um passo além, investigando as interações entre reajustes de salários e **inflação** de serviços.

"Destacou-se a causalidade recíproca entre os preços e a dinâmica de rendimentos, suas respectivas defasagens e as elasticidades de impacto de um sobre outro", disse a ata, estabelecendo um roteiro para os

especialistas do mercado avaliarem os riscos inflacionários decorrentes do mercado de trabalho.

Também houve uma discussão sobre a **inflação** de serviços em si. Campos Neto, no evento do BTG Pactual, disse que a **inflação** de serviços foi "marginalmente" maior do que o esperado.

A ata, por outro lado, transparece uma preocupação maior sobre a interação entre salários e **inflação** de serviços. Num primeiro momento, até no IPCA cheio de novembro, essa **inflação** de serviços surpreendeu para baixo. Desde o IPCA-15 de dezembro, surpreende para cima. Alguns membros do Copom querem saber, com detalhes, o que provocou a queda inicial.

Uma coisa é se essa queda foi decorrente, de forma preponderante, do recuo da **inflação** geral, provocada pela desaceleração de reajustes de preços de bens industriais e alimentos. Nesse caso, pode ter sido episódica. Outra coisa é se reflete o aperto monetário - o que indicaria que seria duradoura.

"Alguns membros destacaram a importância de se compreender as contribuições relativas, para a desinflação recente em serviços, do aperto monetário vigente e de um potencial transbordamento das desinflações verificadas em alimentos e bens industriais", diz a ata mais recente do Copom.

Mais uma vez, o Copom cita o mercado de trabalho como componente importante para levar a **inflação** para a meta: "Notou-se que um mercado de trabalho mais apertado, com reajustes salariais acima da meta de **inflação**, pode potencialmente retardar a convergência da **inflação**, impactando notadamente a **inflação** de serviços e de setores mais intensivos em mão de obra." Há alguns meses, o diretor de política econômica do Banco Central, Diogo Guillen, disse que o foco do Copom é na variação dos salários. Está mais difícil ler o grau de aperto do mercado de trabalho com base em dados como desemprego e oferta de mão-de-obra pelos trabalhadores, já que a pandemia e a reforma trabalhista podem ter mudado o comportamento dessas variáveis.

No ambiente internacional, a novidade do **comunicado** do Copom foi a exclusão da palavra "adverso" para se referir a esse cenário internacional.

Na ata, o Copom dá mais destaque às palavras que ficaram na descrição de seu cenário internacional: "volátil" e "cautela". Campos Neto dedicou uma boa parte de sua fala no evento do BTG Pactual a esse tema, citando inclusive alguns pontos que já frequentaram as atas, mas desapareceram das versões recentes do documento, como possíveis pressões nas economias emergentes das gigantescas necessidades de financiamento do Tesouro americano.

Em resumo, Copom disse que os dados econômicos caminham da forma esperada, o que reafirma a estratégia de baixa de juros. Mas são muitos os pontos na ata da última reunião que relembram que as sinalizações de política monetária dependem de os dados futuros seguirem confirmando o cenário.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187784>

# Desaceleração do crédito pode estar perto do fim

**Estevão Taiar e Alex Ribeiro De Brasília e São Paulo**

O ciclo de cortes da Selic ainda não provocou uma virada no mercado de crédito, que seguiu em desaceleração no ano passado, segundo números publicados ontem pelo Banco Central (BC). Mas analistas do setor privado e a própria autoridade monetária calculam uma expansão mais acelerada dos empréstimos bancários em 2024.

O estoque de crédito bancário cresceu 7,9% no ano passado, para R\$ 5,8 trilhões. Em 2022, o avanço foi de 14,5%. Para o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha, "ainda é um pouco cedo para dizer que a trajetória de desaceleração do crédito se encerrou" em 2023. Ele destacou que o avanço mensal de 1,4% em dezembro foi influenciado por fatores sazonais, como descontos de duplicatas e empréstimos com crédito livre. Já os segmentos de crédito direcionado e para pessoas físicas tiveram expansão mensal "em linha com o crescimento do ano", "bons indícios" do fim da desaceleração.

"Mas a gente não pode, a partir dos dados divulgados hoje [ontem], dizer mais do que isso", afirmou. O crescimento do estoque em 2023 foi disseminado, com altas para pessoa física (10,1%) e jurídica (4,5%) e créditos livre (5,2%) e direcionado (11,8%).

Para 2024, Rocha reforçou que a projeção do BC é de expansão de 8,8% do saldo, crescimento maior do que o do ano passado. Segundo ele, dada a comunicação oficial que vem sendo apresentada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, a política monetária terá impacto menor sobre o crédito do que teve em 2023. Desde agosto, a taxa básica de juros recuou de 13,75% para 11,25%. Além disso, o Copom tem afirmado que, "se confirmando o cenário esperado", todos os seus membros "anteveem redução" de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

Nos 12 meses até dezembro do ano passado, a taxa média de juros anual cobrada nos empréstimos recuou 1,7 ponto percentual, para 28,4%. Houve recuo para pessoas físicas (2,8 pontos) e jurídicas (1,8 ponto). Já a fraude envolvendo Americanas, que afetou negativamente o mercado de crédito no ano passado, "não terá peso" em 2024, segundo Rocha.

Por sua vez, a estimativa mediana do mercado é de crescimento de 8% para o estoque de empréstimos bancários neste ano, segundo relatório que antecede as reuniões do Copom divulgado no fim de 2023. O diretor do departamento de pesquisa econômica para América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, projeta em relatório próprio que "as condições de crédito vão se estabilizar e recuperar o ritmo nos próximos meses, por causa da flexibilização gradual que é esperada para as condições monetárias, um mercado de trabalho firme, transferências fiscais generosas e uma adicional moderação da **inflação**".

Os números do BC mostram que as concessões de crédito livres de fatores sazonais cresceram 0,5% mensalmente em dezembro, para R\$ 545 bilhões, com alta para pessoa física (0,3%) e jurídica (3,1%).

Por fim, o crédito ampliado ao setor não financeiro cresceu 4,3% em 2023, para R\$ 15,6 trilhões. Essa é considerada pela autoridade monetária a medida mais abrangente do crédito, já que inclui não apenas empréstimos e financiamentos, mas também mercado de capitais e empréstimos externos. No caso das empresas, a alta foi de 5,7%, influenciada pela expansão dos empréstimos bancários e pelo crescimento de 20% nos títulos de dívida, "em contrapartida à redução de 3,8% do saldo da dívida externa".

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187784>

# "Juro alto barra fluxo para ativos de risco"

**Adriana Cotias De São Paulo**

O Brasil está barato e o que segura o fluxo para investimentos de maior risco são os juros extremamente altos, segundo três gestores de recursos de referência do mercado brasileiro.

"O grande problema da bolsa no Brasil - e também o benefício - sempre foi fluxo [de capital estrangeiro]. Houve um momento inédito, porque janeiro normalmente tem grande alocação de estrangeiros e neste ano teve uma retirada razoavelmente grande", comentou André Jakurski, sócio-fundador da JGP, ao participar de evento do BTG Pactual. Pelos dados da B3, as saídas líquidas do capital externo no mês passado chegaram a R\$ 7,9 bilhões.

O dinheiro local, por sua vez, enfrenta a competição dos títulos isentos com grande massa de recursos saindo de multimercados e fundos de ações, prosseguiu o gestor. "Agora [com medidas do CMN para restringir o lastro dos isentos] vai diminuir, mas prejudica dramaticamente o mercado de capitais brasileiro o instrumento [isento] que tem liquidez diária, rentabilidade e segurança." Para o gestor, a partir do momento em que as taxas de juros caírem sensivelmente e estiverem em um nível mais comportado haverá mudanças no fluxo. "Os ativos estão baratos, amassa dos, o pior momento foi outubro, mas continuam amassados." O fluxo relativamente fraco para alternativas de maior risco como a bolsa decorre de "juros extremamente altos em termos reais", disse Rogério Xavier, sócio-fundador da SPX Capital. O cenário ex-temo, em tese, traz uma combinação benigna, com a economia americana desacelerando sem recessão, os países desenvolvidos cortando juros e a China num ritmo de crescimento razoável, exportando deflação. Mas ele não está seguro de que uma crise no segmento imobiliário chinês não vá bater no sistema financeiro formal, com o paralelo "shadow banking" já com sinais de fraqueza.

Mesmo que tudo vá bem, para Xavier, o Brasil vai ser "a sardinha do mundo", vai andar conforme os ativos de risco no mercado internacional. O que vai determinar o gatilho para emergentes vai ser quando o mundo desenvolvido começar a cortar os juros".

Com a **inflação** no Brasil rodando próxima da meta, Xavier disse não haver justificativa para o Banco Central (BC) sustentar juros tão altos. Ele ponderou que depois de o BC errar "barbaramente" no corte de

juros, quando colocou a Selic em 2% ao ano durante a pandemia de covid-19, a postura tem sido conservadora porque não quer errar na volta, mas claramente está "atrás da curva". Para o gestor, depois de um trabalho espetacular durante 2023 em diminuir o aperto monetário, agora está longe de estar num "terreno razoável".

"Quando você mede a **inflação** corrente, que está aproximadamente em 3,5% contra 11,25% de juros, é uma barbaridade. A gente não precisa estar nesse nível para trazer a **inflação** de 3,5% para 3%, parece um exagero", disse Xavier.

Para Luis Stuhlberger, executivo-chefe (CEO) e de investimentos (CIO) da Verde Asset Management, o BC tem medo que um ponto a mais de corte na Selic cause uma "não linearidade no câmbio", porque o Brasil passou por eventos de desvalorização cambial algumas vezes na sua história. Mas o juro real de dez anos, na casa dos 5,60%, é elevado. Se o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) conseguir colocar sua taxa de referência a 4%, em tese a Selic poderia ser reduzida para algo entre 8%, 8,5%, mas deve ficar em 9%.

O gestor disse considerar a bolsa barata, mas é a taxa de juro longa que influencia os cálculos de valor justo para as empresas. Se a Selic for 4 pontos e o juro real 3 pontos acima das americanas, ele calcula um potencial de valorização de 12% para as ações. "Eu acho que é para onde a bolsa deveria ir meio que rapidamente. Claro, a gente sempre vai ter o medo do fiscal de longo prazo", disse Stuhlberger.

Ao olhar para 2026, ele questionou o preço que o "PT vai cobrar do país para a reeleição" do presidente Lula. Embora veja o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como uma boa garantia de que nenhum exagero ocorra, o eleitorado segue dividido e como país emergente pode acabar vítima da descontinuidade.

As eleições nos Estados Unidos também são uma preocupação, segundo Jakurski, da JGP, e a última pernada da redução dos preços na economia pode ser mais difícil. Ele comentou que o "establishment pensante" é todo contra o ex-presidente americano e pré-candidato republicano Donald Trump, que pode desestabilizar a geopolítica "dramaticamente e até a democracia americana, segundo alguns".

Para o gestor, existe um esforço para derrubar a

viabilidade do ex-presidente nas eleições. O Fed "estaria mais propenso a baixar os juros do que normalmente e o governo Biden a gastar mais dinheiro do que se imaginaria como possível". No Congresso há projetos que subtraem centenas de bilhões de dólares dos cofres públicos. "Então você tem aí o tradicional gasto público em véspera de reeleição." O gestor citou que os índices de preços caíram dramaticamente pela queda de bens, com a China como um importante participante desse movimento pela deflação no país e excesso de capacidade instalada, "exportando o diabo a qualquer preço". Agora com o setor de bens retomando, redução de estoques e as economias europeias também se reequilibrando, ele considera que o "last mile" de combate à **inflação** vai ser difícil. "Mas eu acho que os políticos não estão muito preocupados com isso. Trocar 0,2,0,3 a mais de **inflação** pela reeleição do Biden, acho que estão todos de acordo".

"Fed mais propenso a baixar juros e governo Biden a gastar mais dinheiro do que se imaginaria" André Jakurski

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187784>

# O mercado de capitais e comportamento do investidor - PALAVRA DO GESTOR

***Bruna Lamas é coordenadora de inteligência de negócios no Bahia Asset E-mail  
bahiaasset@bahiaassetcom.br***

O mercado de capitais brasileiro, com mais de 100 anos de existência, passou por uma notável transformação na última década. Em estudo realizado pela área de inteligência de negócios do Bahia Asset Management sobre o comportamento do mercado de investimentos brasileiro, considerando ativos de renda fixa - títulos federais, depósitos a prazo, letras de crédito e financeiras e outros títulos privados-, poupança, ações e fundos de investimento, identificamos que seu tamanho nominal mais que quadruplicou de janeiro de 2013 a outubro de 2023, saltando de R\$ 3,7 trilhões para R\$ 13,2 trilhões. Em termos reais, o mercado dobrou de tamanho, já que a **inflação** no período foi cerca de 86%.

O crescimento observado pode ser atribuído a diversas razões, incluindo mudanças no comportamento dos investidores ao longo do tempo. Entre 2016 e 2021, por exemplo, mais de 12% da alocação em renda fixa (títulos, poupança e fundos de renda fixa) migrou para fundos - multimercados, de ações e de previdência - e ações. Contudo, a partir do segundo semestre de 2021, essa tendência mudou, com estabilização ou até perda de patrimônio líquido (PL) em multimercados e ações, e um notável aumento na alocação em títulos públicos e privados.

Parte dessa movimentação pode ser explicada pela alta correlação entre a alocação em renda fixa e o comportamento da taxa Selic. Ou seja, diante de um cenário de queda da taxa Selic, os investidores tendem a diminuir sua alocação em renda fixa e aumentá-la em fundos e ações, o que ocorreu de 2016 até 2021. Por outro lado, quando estamos em um cenário de alta da taxa de juros, há maior tendência de alocação de patrimônio em renda fixa, cenário que teve início principalmente após meados de 2021 e que permanece até o momento atual.

O crescimento das plataformas também ocasionou um aumento da concorrência entre os produtos de investimento, o que estimulou a criação de novos fundos e de gestoras. Além disso, os grandes bancos se viram pressionados a diminuir taxas e criar produtos mais competitivos ao varejo devido ao avanço das plataformas digitais no mercado.

A maior disseminação da educação financeira também pode ter tido impacto relevante nos movimentos de mercado. Foi observada uma queda constante no percentual alocado em poupança, de 13,5% em 2014 para 7,3% em 2023. Podemos, assim, inferir que os brasileiros estão mais conscientes da inadequação da poupança como investimento e de que existem outras formas de buscar rentabilidade com baixo risco.

No último estudo da CVM sobre influenciadores digitais divulgado em 2023, fica evidente a sinergia entre o crescimento do número de contas na B3 nos últimos cinco anos com a quantidade de influenciadores digitais atuando no Brasil: 73% dos que responderam à pesquisa encomendada pela CVM relatam terem aprendido a investir a partir de canais do YouTube e/ou influenciadores. A CVM busca atualmente regulamentar a ação destes players, visando garantir que as informações compartilhadas por eles sejam isentas de interesses pessoais, uma vez que é inegável que os investidores usam este canal de comunicação para buscar informações e ampliar seus conhecimentos acerca de opções de investimento.

Atualmente, nos vemos frente a um ciclo de corte de juros, cuja magnitude ainda não podemos afirmar em quantidade e tempo. Quais serão os próximos passos dos investidores diante desse novo ciclo do mercado? Seguirão a tendência de reduzir suas posições em renda fixa e aumentar em fundos multimercados e ações, como fizeram de 2016 a 2021? Os cortes atuais serão suficientes para observarmos uma reavaliação de estratégias e a inclusão nas carteiras de investimentos de classes de produtos com retornos mais expressivos frente a um cenário de juros baixos?

A análise da evolução do patrimônio líquido dos ativos nos últimos dez anos permite concluir que a evolução do mercado de investimentos no Brasil reflete a interação complexa de diversos fatores, desde a democratização do acesso a produtos financeiros até as mudanças nas taxas de juros. À medida que enfrentamos uma queda contínua nas taxas de juros, é essencial que os investidores estejam preparados para se adaptar e considerar novas oportunidades. A diversificação de investimentos continua a ser uma estratégia essencial para navegar com sucesso em um ambiente de investimento em constante evolução. É

hora de olhar adiante e se preparar para os desafios e oportunidades que o futuro reservará para os investidores no mercado brasileiro.

Bruna Lamas é coordenadora de inteligência de negócios no Bahia Asset E-mail [bahiaasset@bahiaassetcom.br](mailto:bahiaasset@bahiaassetcom.br)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187784>



# 'Há progressos na desinflação'

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central avaliou que houve um progresso desinflacionário relevante, como o esperado pelo colegiado, mas salientou que ainda há um caminho longo para a ancoragem das expectativas e o retorno da **inflação** à meta. Isso, conforme a cúpula do BC, exige "serenidade e moderação" na política monetária. As informações estão na ata da instituição divulgada ontem, após a reunião do grupo ocorrida na semana passada, quando a Selic foi reduzida para 11,25% ao ano.

O Copom voltou a dar ênfase ao cenário internacional, citando que tem se mostrado volátil e, portanto, indica cautela. "A incorporação de cenários e variáveis exógenas, como a dinâmica fiscal ou o cenário externo, se dá por meio de seus impactos na dinâmica prospectiva de **inflação**, sem relação mecânica com a determinação da taxa de juros." Sobre o cenário doméstico, o Copom avalia que "o quadro vem se encaminhando em linha com o que era esperado".

**Site:**

**<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163181&edicao=10981>**

# Inflação na Capital avança 2,12% em janeiro

**THYAGO HENRIQUE**

Devido ao reajuste da passagem de ônibus e as contínuas pressões dos alimentos in natura, no primeiro mês de 2024, Belo Horizonte registrou uma alta significativa no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No período, a **inflação** na capital mineira foi de 2,12%. Esse resultado representou uma aceleração tanto em relação a dezembro (0,77%) quanto em comparação a janeiro de 2023 (2,04%), época em que os efeitos sazonais eram os mesmos.

Os novos valores do transporte público que entraram em vigor no fim de dezembro em Belo Horizonte encareceram a tarifa de ônibus urbano em 15,12%, em média. Logo, em termos de produtos/serviços específicos analisados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), o item teve a maior variação positiva.

Considerando a importância relativa de cada bem e serviço na composição da **inflação**, a tarifa de ônibus urbano foi o terceiro item que mais contribuiu para a elevação do indicador geral, com impacto de 0,36 ponto percentual. As maiores contribuições, neste caso, vieram dos itens empregado doméstico (0,44 p.p. e alta de 6,97%) e excursões (0,41 p.p.

e aumento de 13,24%).

Por outro lado, segurando uma aceleração ainda maior do IPCA em Belo Horizonte, os serviços de táxi baratearam 13,29% em janeiro e apresentaram, além do maior recuo percentual, a maior influência negativa sobre a **inflação**, de -0,08 p.p. Na sequência, os maiores impactos foram de automóvel novo (-0,05 p.p. e baixa de 1,01%) e material de pintura (-0,03 p.p. e queda de 9,58%).

Grupos - Já com relação aos grupos observados no levantamento, o de alimentação teve uma alta de 1,93% no custo médio na medição do primeiro mês deste ano. O subgrupo alimentação na residência foi o principal responsável por esse resultado, visto que avançou 2,84% no período, enquanto o de alimentação fora da residência apresentou um crescimento menor, de 0,74%.

Os alimentos in natura compõem justamente o subgrupo de alimentação na residência e contribuíram com 0,19 p.p. na variação de janeiro.

A pressão desses alimentos é consequência de um encarecimento mensal de 13,54%, mas se arrasta por um longo tempo, uma vez que a elevação média dos preços, nos últimos 12 meses, alcançou o patamar de 13,84%.

Além de alimentação, o segmento de produtos não alimentares registrou um aumento de 2,16% no mês de janeiro, colaborando para a **inflação** belo-horizontina. A maior elevação dentro do grupo veio do subgrupo pessoais (2,63%), seguido por produtos administrados, que inclui transporte, comunicação, energia elétrica, combustíveis, água e IPTU e apresentou um crescimento considerável (2,55%), e habitação, que encerrou o período estável (0,06%).

Expectativa - Para os próximos meses, o consultor da Fundação Ipead, Diogo Santos, afirma que existe a possibilidade de que, no caso dos alimentos, as safras se normalizem e a oferta se regularize conforme a demanda. Isso poderia acarretar uma desaceleração inflacionária na Capital.

Ele explica que, nos últimos tempos, além das mudanças de preços normais de itens que variam ao longo do ano, o que fica mais claro ao observar-se a cesta básica, os efeitos das mudanças climáticas foram importantes para reduzir a oferta dos produtos alimentícios.

"Com a redução da oferta e mantendo-se a mesma demanda, há uma pressão sobre os preços. Então, esse é um fator que, ao longo dos últimos meses, tem mantido a **inflação** de Belo Horizonte pressionada. Por exemplo, no último mês, o aumento do preço da batata inglesa, que Minas Gerais é um dos maiores produtores, foi de mais de 30%. O mesmo aconteceu com o tomate. Esses fatores somados têm provocado um aumento forte na **inflação** e na cesta básica", explicou.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/impresso/edicao-de-07-02-2024/>

# BC mantém intenção de seguir com cortes na taxa de juros

## G1

O Banco Central avaliou nesta terça-feira (6) que há elementos na economia brasileira que apontam uma "atenuação da desaceleração econômica" - ou seja, um freio menor na economia brasileira em relação aos meses anteriores.

Esse movimento, segundo o BC, é motivado pelo aumento da renda das famílias a partir do reajuste do salário mínimo e da ampliação dos benefícios sociais, além de um mercado de trabalho mais resiliente.

A análise consta na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, realizada na semana passada. O resultado do encontro foi o corte da taxa básica de juros (Selic) de 11,75% para 11,25%. Foi o quinto corte seguido e, com isso, a taxa chegou ao menor nível em dois anos.

"Notou-se que um mercado de trabalho mais apertado, com reajustes salariais acima da meta de inflação, pode potencialmente retardar a convergência da inflação [para as metas preestabelecidas], impactando notadamente a inflação de serviços e de setores mais intensivos em mão de obra", avaliou o Copom.

Por outro lado, segundo o Banco Central, há fatores em andamento que podem reduzir essa "pressão inflacionária" gerada pelo aumento da renda. O documento cita: uma "recomposição favorável de preços relativos" (variação menor entre os preços de bens similares); uma "dinâmica benigna de 'commodities'" (produtos como alimentos, minérios e petróleo); uma "menor inflação de serviços".

Por fim, o Banco Central reafirmou a indicação da expectativa de cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões do Copom, marcadas para os próximos meses.

Os membros do comitê avaliaram que esse é o "ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário".

A Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo BC para controlar a inflação. A taxa influencia todas as taxas de juros do país, como as

taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

Para definir a taxa básica de juros e tentar conter a alta dos preços, no sistema de metas de inflação, o BC faz projeções para o futuro.

Neste momento, a instituição já está mirando também para o início de 2025. Isso ocorre porque as mudanças na taxa Selic demoram de seis a 18 meses para ter impacto pleno na economia.

A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é de 3% e será considerada cumprida se oscilar entre 1,5% e 4,5%.

A partir de 2025, o governo mudou o regime de metas de inflação, e a meta passou a ser contínua em 3%, podendo oscilar entre 1,5% e 4,5% sem que seja descumprida.

Na semana retrasada, o mercado estimou uma inflação de 3,81% para este ano e de 3,50% para 2025.

# Inflação preocupa, mas não barra corte de juros

(Eduardo Cucolo/Folhapress)

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central "BC) avalia que, a despeito do encaminhamento positivo da **inflação** para este ano, há aspectos na dinâmica de preços recente que "requerem maior escrutínio" da instituição. A informação consta da ata do Copom divulgada ontem, relativa à última reunião da instituição, que aconteceu em 31 de janeiro.

O documento também contém a avaliação de que a dinâmica desinflacionária não divergiu de forma significativa do que era esperado, já que prossegue em evolução benigna. Dessa forma, o colegiado concordou com a expectativa de continuidade do ritmo de corte da taxa Selic em 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. "Os membros do Copom avaliaram que esse é o ritmo apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário", diz a ata. Uma interrupção dos cortes dependerá do cenário econômico "de maior prazo".

FOCUS. As previsões do mercado financeiro para os principais indicadores econômicos em 2024, entre eles taxa de juro; e **inflação**, ficaram estáveis, de acordo com a edição do Boletim Focus divulgada ontem, e estão em linha com as perspectivas apresentadas pelo Copom. A pesquisa semanal Focus é realizada com economistas pelo Banco Central (BC).

A previsão para 2024 do índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a **inflação** oficial do país, permaneceu em 3,81% nesta edição do Focus. Para 2025, a estimativa é de 3,5%. Para 2026 2027, as previsões são de 3,5%.

A projeção para 2024 está dentro do intervalo da meta de **inflação** que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5%, e o superior, 4,5%.

Em dezembro de 2023, a **inflação** do país foi de 0,56% de acordo com o IBGE. Com isso, o IPCA fechou o ano passado com alta acumulada de 4,62%. Os dados de janeiro serão divulgados pelo IBGE hoje. Para alcançar a meta de **inflação**, o BC usa como

principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida, atualmente, em 11,25% ao ano pelo Copom. O comportamento dos preços já fez o BC cortar os juros pela quinta vez consecutiva, em um ciclo que deve seguir com cortes de 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões.

SELIC. De março de 2021 a agosto de 2022, o Copom elevou a Selic por 12 vezes consecutivas, em um ciclo de aperto monetário que começou em meio à alta dos preços de alimentos, de energia e de combustíveis. Por um ano, de agosto de 2022 a agosto de 2023, a taxa foi mantida em 13,75% por sete vezes seguidas.

Agora, conforme o Boletim Focus, o mercado financeiro espera que a Selic encerre 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é que a taxa básica de juros caia para 8,5% ao ano e se mantenha nesse patamar em 2026 2027.

Para 2024, a expectativa para o crescimento da economia permaneceu em 1,6%. Já para 2025, o Produto Interno Bruto (**PIB**), que é a soma dos bens e serviços produzidos no país, deve ficar em 2%. No caso do dólar, a previsão de cotação está em R\$ 4,92 para o fim deste ano.

Análise

Estratégia. Copom avaliou cenários prospectivos. Com diferentes trajetórias nos ambientes doméstico e internacional para debater a extensão apropriada dos ciclos de juros em cada um deles.

-

Taxa do rotativo do cartão subiu a 440,8% ao ano em dezembro

O juro médio total cobrado pelos bancos no rotativo do cartão de crédito subiu 6,4 pontos percentuais de novembro para dezembro, informou ontem o Banco Central. A taxa passou de 434,4% para 440,8% ao ano. No caso do parcelado, o juro passou de 195,6% para 196,8% ao ano entre novembro e dezembro. Considerando o juro total do cartão de crédito, que leva em conta operações do rotativo e do parcelado, a taxa passou de 91,4% para 89,5%.

O Congresso definiu em lei que os juros do rotativo e

do parcelado não poderiam ultrapassar 100% do valor principal da dívida, caso os bancos não chegassem a um acordo sobre o assunto, chancelado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Como não houve consenso, o teto passou a valer no dia 3 de janeiro de 2024. O presidente do BC, Roberto Campos Neto, também chegou a propor aos setores envolvidos um máximo de 12 meses para o parcelado sem juros.

-

## Crescimento

Presidente do BC nega riscos com mudança de equipe

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a **inflação** no Brasil tem caído "mais ou menos" de acordo com a expectativa da instituição, apesar de os preços do setor de serviços mostrarem mais resistência, como revelaram os dados mais recentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), do IBGE.

Campos Neto também disse que o mercado financeiro tem errado nas previsões de crescimento da economia há três anos e que os dados deste início de ano devem surpreender para cima, também puxados pelo setor de serviços. "Olhando a perspectiva de crescimento do primeiro trimestre, está parecendo que vai surpreender para cima. Essa é a nossa primeira intuição lá no Banco Central, olhando os dados de mais alta frequência".

O presidente do BC afirmou que o mercado de trabalho continua surpreendendo positivamente também e que os dados de **inflação** mostram pressões maiores em bens e serviços de setores mais intensivos em uso de mão de obra.

Campos Neto destacou ainda que a confirmação da meta de **inflação** de 3% para os próximos anos pelo governo foi um marco que ajudou a reduzir as expectativas de mercado para o índice de preços. Citou ainda queda nas expectativas de **inflação** implícitas em prazos mais longos, o que, segundo ele, derruba o argumento de que existe um risco de mudança de equipe no Banco Central. Campos Neto deixará a presidência do BC no final deste ano, após seis anos no cargo.

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>